

Disciplina: ACH3537 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Vaz

Plano para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa

Celso Singo Aramaki NUSP 8074331

São Paulo

Julho de 2023

RESUMO:

A implementação de iniciativas e projetos de Políticas Públicas voltados para as áreas da Economia da Cultura e da Economia Criativa nos municípios brasileiros enfrenta desafios significativos. A perspectiva dos pesquisadores sobre as Capacidades Estatais Municipais oferece insights valiosos para compreender essas dificuldades, destacando a complexa coordenação entre diferentes níveis de governo e departamentos no contexto da governança brasileira. A capacidade administrativa limitada nas localidades do Brasil, caracterizada pela escassez de recursos humanos qualificados e expertise técnica para o planejamento e a execução de programas relacionados à economia da cultura e à economia criativa, juntamente com a falta de recursos financeiros, cria um cenário de desafios comuns aos municípios. A participação desigual e assimétrica da sociedade civil e dos atores envolvidos emerge como barreira para a concretização das Políticas Públicas nesse setor. Diante deste cenário a criação de um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa, dedicado a pesquisas acadêmicas, pode desempenhar um papel analítico no desenvolvimento e monitoramento de Indicadores Municipais de Desempenho nos projetos e programas de Políticas Públicas nas áreas da Economia da Cultura e da Economia Criativa.

Palavras-Chaves:

Observatório de Políticas Públicas na Economia da Cultura e Economia Criativa; Indicadores da Economia da Cultura; Indicadores da Economia Criativa; Indicadores de Sustentabilidade, Indicadores de Políticas Públicas Municipais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Motivação	5
1.2. Justificativa.	6
1.3. Objetivos.	7
1.4. Metodologia.	7
2. CONTEXTO	9
2.1. Definições.	12
2.2. Necessidade da Observação	16
2.3. A Capacidade Estatal Municipal na Cultura	19
3. ANÁLISES	28
3.1. Análise PESTEL.	30
3.2. Análise SWOT	35
4. PROPOSIÇÃO	38
4.1. Objetivo.	39
4.2. Funções.	39
4.3. Metas	40
4.4. Público.	41
4.5. Institucionalização.	42
4.6. Tecnologias.	43
4.7. Parcerias.	44
4.8. Equipe	45
4.9. Orçamento.	47
4.10. Cronograma	47
5. CONCLUSÕES	47
5.1. Restrições ao Trabalho	47
5.2. Conclusões	48
5.3. Recomendações	49
REFERÊNCIAS:	51

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o relatório *Creative Economy Outlook 2022* da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD), a Economia da Cultura e Economia Criativa desempenham uma contribuição significativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com sustentabilidade (UNCTAD, 2022). O relatório destaca o potencial econômico desses setores e como eles podem impulsionar o desenvolvimento sustentável em nível global. A Economia da Cultura e Economia Criativa, conceitos de setores econômicos produtivos que se complementam e serão definidos neste trabalho, engloba uma ampla gama de setores e atividades, incluindo artes, design, música, cinema, televisão, publicidade, arquitetura, moda, turismo cultural e patrimônio cultural. A combinação entre Economia da Cultura e Economia Criativa utilizam a criatividade, inovação e expressão cultural, resultando em produtos e serviços únicos que agregam valor econômico, e estima-se, segundo o relatório, que tenham contribuído com cerca de US\$2,5 trilhões para o PIB global em 2020 (UNCTAD, 2022).

Além disso, eles geraram mais de 30 milhões de empregos em todo o mundo, oferecendo oportunidades de trabalho e desenvolvimento para profissionais criativos. Uma das vantagens da Economia da Cultura e Economia Criativa é a sua capacidade de impulsionar o crescimento sustentável. Esses setores estão intimamente ligados à diversidade cultural, preservação do patrimônio, inclusão social, desenvolvimento local e turismo sustentável. Ao valorizar a criatividade e a expressão cultural, eles promovem a diversidade cultural e o diálogo intercultural, fortalecendo a identidade cultural das comunidades, assim como a inclusão dos amplos setores invisibilizados como mulheres, comunidades LGBT+ e comunidades étnico-raciais. De acordo com o relatório da UNCTAD, a Economia da Cultura e Economia Criativa são impulsionadoras da inovação, e a criatividade e a busca por soluções originais são elementos-chave nesses setores, estimulando a geração de novas ideias, produtos e processos. Essa capacidade de inovação contribui para o desenvolvimento de outras áreas da economia, como a tecnologia, o design e a comunicação. O relatório também destaca a importância da promoção de Políticas Públicas e marcos regulatórios adequados para o desenvolvimento da Economia da Cultura e Economia Criativa, além dos investimentos em educação, formação profissional, infraestrutura e acesso a financiamentos e proteção dos direitos autorais para fomentar a criatividade, estimulando o empreendedorismo e ampliando as oportunidades de negócios que criam novas oportunidades de emprego e desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

A partir deste cenário, de acordo com Paul TOLILA, ex-diretor do *Département des Études, de la Prospective, des Statistiques et de la Documentation* (DEPS) do *Ministère de la Culture*, Ministério da Cultura da França, surge a discussão da necessidade da observação e análise acadêmica das políticas públicas voltadas para a Economia da Cultura e Economia Criativa nos diversos territórios. O estabelecimento de Observatórios dedicados a esses domínios fornece um espaço crítico para examinar o impacto, eficácia e desafios das políticas implementadas, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e aprimoramento contínuo desses setores vitais para uma nação. O monitoramento sistemático por meio de uma perspectiva acadêmica e científica se torna essencial para otimizar o potencial dessas esferas econômicas e alinhar suas trajetórias de crescimento com objetivos sustentáveis e benéficos para a sociedade (TOLILA, 2007).

1.1. Motivação

A motivação subjacente à seleção do tema deste TCC: "Plano para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa", decorre da trajetória profissional e acadêmica do autor, que foi influenciada por seu engajamento no campo da Arte e do Design de Interação e Informação, e sua vivência profissional na área de comunicação e na experiência internacional com projetos nessas áreas em Nova York (EUA), Tóquio (Japão) e Seul (Coréia do Sul). O autor, ao desempenhar funções nas esferas de artista visual, designer de interação e análise de dados culturais, pôde explorar a interseção entre tecnologia, criatividade e sociedade. Essa experiência moldou a sua compreensão sobre o impacto da Economia da Cultura e da Economia Criativa no progresso urbano e na qualidade de vida dos cidadãos.

A observação das dinâmicas urbanas em diversas localidades revelou ao autor a significativa influência das políticas públicas na promoção da cultura, criatividade e desenvolvimento sustentável. A participação em projetos e startups impulsionados por políticas públicas, como no caso do setor de *Contents Industries* no Japão do *Ministry of Economy, Trade and Industry* (METI), consolidou a conviçção de que dados e análises sólidas são fundamentais para embasar escolhas políticas e garantir o êxito de empreendimentos culturais e criativos (METI, 2016). O interesse do autor pela gestão de políticas públicas e pelo potencial transformador da Economia da Cultura e Economia Criativa convergiu para a seleção do tema, centrando-se em um Plano para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa.

1.2. Justificativa

Existem indicadores disponíveis da Economia da Cultura e Economia Criativa no Brasil oferecidos pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN através do Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil (FIRJAN, 2022), e indicadores como a Análise do Mercado de Trabalho da Economia Criativa do Instituto Itaú Cultural (CULTURAL, 2022), contemplando aspectos como o número de empresas, volume de negócios, geração de empregos e contribuição ao PIB da economia formal. O Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística - IBGE fornece, através do Sistema de Informações e Indicadores Culturais - SIIC, os dados e indicadores dos setores componentes da Economia Cultural e Economia Criativa do país (IBGE, 2021).

No artigo intitulado "A Construção de Capacidades Municipais no Campo Cultural: Repensando a Lógica do Sistema Nacional de Cultura", o pesquisador Flávio Santos Fontaneli aborda a importância da construção de capacidades culturais nos municípios e sua interligação com o Sistema Nacional de Cultura - SNC, área do Ministério da Cultura responsável pela implementação do Sistema nacional de Cultura (SNC, 2023). A análise da capacidade estatal é abordada em diversas facetas, incluindo aspectos institucionais, fiscais, administrativos e técnicos. Fontaneli argumenta que recentemente tem havido uma crescente atenção à habilidade dos governos locais em fornecer elementos culturais, suscitando debates em virtude da multiplicidade de conceitos e da produção cultural na sociedade civil. O texto sublinha a relevância de honrar a diversidade na agenda cultural do Estado, realçando a necessidade de formalizar procedimentos e instaurar um apoio contínuo à cultura (FONTANELLI, 2021).

Dentro deste contexto mais amplo, o Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Ministério da Cultura, desempenharia um papel de destaque, embora sua eficácia e alcance ainda careçam de uma análise crítica mais profunda. Na linha dos textos de análise das "Capacidades Estatais em Governos Subnacionais" (GRIN, ABRUCIO, 2022), Fontanelli propõe uma reflexão sobre a construção de capacidades culturais em âmbito local, apresentando um modelo elementar de sistemas culturais locais e examinando dados provenientes das pesquisas Munic-IBGE. O intuito é fomentar o debate acerca da possível reconfiguração do Sistema Nacional de Cultura, visando ao fortalecimento das capacidades culturais em nível local. De acordo com análises de Fontanelli, a carência de dados primários robustos é um obstáculo central nos municípios, muitas vezes substituídos por estimativas e

fontes secundárias que não refletem a realidade. Isso dificulta a identificação das vocações e oportunidades na Economia da Cultura e Economia Criativa (FONTANELLI, 2021).

A ausência de dados prejudica a formulação de estratégias eficazes para desenvolver o setor e superar esses desafios requer investimento em pesquisas sólidas e coleta direta de dados das indústrias. Nos municípios, a implementação de projetos, conforme aponta Fontanelli, enfrenta desafios institucionais, capacidade administrativa e colaboração entre os stakeholders. A falta de estrutura institucional e recursos humanos qualificados dificulta a formulação de políticas coesas e a falta de conhecimento especializado e coordenação entre atores compromete a eficácia das políticas implementadas.

Nesse cenário, a criação de um observatório dedicado a pesquisas acadêmicas, econômicas, sociais e culturais, alinhado aos princípios defendidos por Tolila, desempenharia um papel positivo ao coletar e analisar dados relevantes sobre os setores culturais e criativos nos municípios brasileiros. Esse observatório se configuraria como um espaço de encontro e reflexão para pesquisadores, especialistas e representantes das indústrias culturais e criativas, impulsionando pesquisas, padronização de metodologias e divulgação de resultados. Isso possibilitaria uma compreensão mais precisa e atualizada, fornecendo subsídios valiosos para a elaboração de políticas públicas mais eficazes e para o desenvolvimento sustentável da Economia da Cultura e Economia Criativa nos municípios.

1.3. Objetivos

Objetivos Gerais: Explorar de que maneira a coleta, análise e visualização de dados locais e regionais podem enriquecer uma abordagem mais embasada e eficaz na formulação de políticas públicas relacionadas à cultura e economia criativa em âmbito municipal, considerando as limitações na capacidade estatal nos municípios brasileiros. A pesquisa busca identificar caminhos para fortalecer a tomada de decisões nesses domínios cruciais.

Objetivos Específicos: Através da revisão bibliográfica de fontes, aprofundar o entendimento das políticas públicas para economia da cultura, economia criativa e da sustentabilidade, para reflexão dos mecanismos de observação e análise dessas políticas públicas, propondo um modelo conceitual preliminar de um Plano para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa, fundamentado nas informações obtidas deste trabalho.

1.4. Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa está dividida em três etapas: revisão bibliográfica, análises e proposição dos elementos de um plano conceitual institucional e organizacional. A integração dessas etapas visa a avaliação da viabilidade e da relevância da concepção, criação e implementação de um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros, focalizando na Economia da Cultura e Economia Criativa.

Contexto

Na etapa inicial, uma análise de fontes bibliográficas foi conduzida, abrangendo relatórios, sites, livros, indicadores e artigos acadêmicos. Essa exploração permitiu uma compreensão aprofundada de conceitos e pesquisas associadas às políticas públicas para a economia da cultura, economia criativa e sustentabilidade, no âmbito do desenvolvimento urbano inclusivo e dos mecanismos de observação dessas políticas.

Análises

Na segunda fase do trabalho, foram conduzidas análises utilizando a metodologia PESTEL (Político, Econômico, Social, Tecnológico, Ambiental e Legal) e a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) (COELHO, PERES, 2023). A pergunta orientadora formulada para direcionar as discussões em torno da hipótese central do TCC foi: "Qual poderia ser o impacto potencial da criação de um Observatório de Políticas Públicas para os Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa, considerando diferentes contextos de desenvolvimento urbano, territorial e cultural, e como isso poderia influenciar a formulação e implementação de políticas públicas municipais?". Essa abordagem possibilitou a análise dos cenários de incerteza política, econômica e social, cada um delineando uma trajetória única de progresso, considerando variáveis traduzidas em políticas governamentais, recursos disponíveis e graus de envolvimento da sociedade civil (LEITE, 2021). Além disso, a exploração dos cenários também abrangeu uma avaliação exploratória de práticas e exemplos já existentes em outros países, bem como no contexto brasileiro.

Proposição

Simultaneamente, esta pesquisa se dedica a propor um modelo conceitual preliminar para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa, baseado nas informações e percepções obtidas durante a revisão bibliográfica e a exploração de cenários, bem como em exemplos práticos. Este modelo abrangerá apenas os componentes e elementos essenciais, incluindo propostas para a coleta e

análise de dados, parcerias estratégicas, indicadores de desempenho, canais de comunicação e colaboração com os principais stakeholders (LEITE, 2021).

2. CONTEXTO

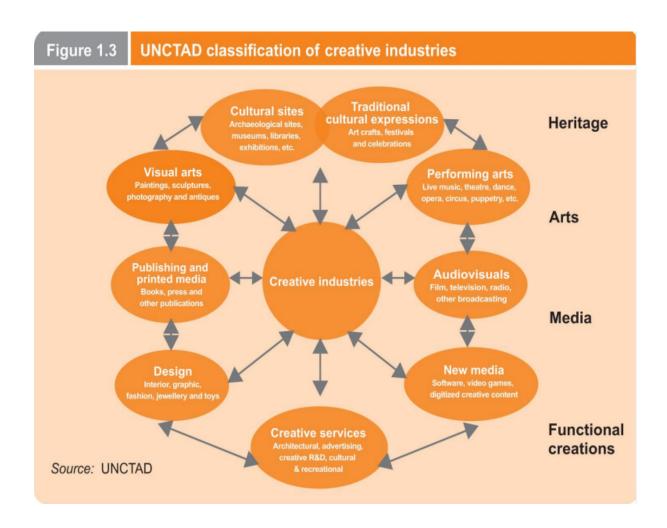
Tanto a economia da cultura quanto a economia criativa têm como foco a análise dos fatores da criação e mensuração dos valores simbólicos gerados como conhecimento para a sociedade. Ambas abordam a importância intrínseca das expressões culturais, artísticas e criativas, reconhecendo que esses elementos não apenas geram valor econômico, mas também desempenham um papel fundamental na construção de identidades culturais e no fortalecimento da coesão social. A diferença entre economia cultural e economia criativa está relacionada ao escopo e à abrangência das atividades econômicas que cada categoria engloba. Ambas as categorias estão ligadas ao setor cultural e criativo, mas elas se concentram em aspectos diferentes desse campo. A distinção que Tolila identifica nas discussões sobre Economia Cultural e Economia Criativa reside na concepção da Economia da Cultura sob a perspectiva francesa sobre os direitos autorais do criador, que são vistos como propriedade individual, fruto da capacidade humana do indivíduo soberano em sua sociedade. Contrastando com isso, Tolila ressalta que a abordagem anglo-saxônica da Economia Criativa (DCMS, 2023) entende os direitos de copyright como pertencentes às empresas, negociados na World Trade Organization - WTO e frequentemente explorados como ativos financeiros por meio de royalties, com obras serializadas em escalas industriais (TOLILA, 2007).

- 1. Economia Cultural: Refere-se principalmente às atividades relacionadas à produção, distribuição, circulação e consumo de bens e serviços culturais. Ela abrange setores tradicionais das artes, como literatura, música, artes visuais, teatro, cinema, entre outros. Esses setores têm uma longa história cultural e são muitas vezes associados à preservação e à expressão de valores culturais e identidade. A economia cultural lida com a produção de bens culturais tangíveis e intangíveis, como obras de arte, livros, filmes, apresentações teatrais, e também engloba áreas como o patrimônio histórico, turismo cultural e eventos culturais (MIGUEZ, 2009).
- **2. Economia Criativa:** Tem um escopo mais amplo e engloba uma gama mais diversificada de setores que não são restritos apenas às atividades tradicionais das artes e cultura. Ela inclui não apenas a produção de bens e serviços culturais, mas também a exploração comercial de ideias, inovação e criatividade em diversos setores, como design, moda, arquitetura, publicidade, tecnologia da informação, jogos, mídia digital, gastronomia, turismo entre outros

(UNCTAD, 2022). A economia criativa reconhece que a criatividade é uma força motriz para a inovação e o desenvolvimento econômico em diferentes áreas, resultando em produtos e serviços que são tanto culturalmente relevantes quanto economicamente viáveis (EUROPEAN COMMISSION, 2023).

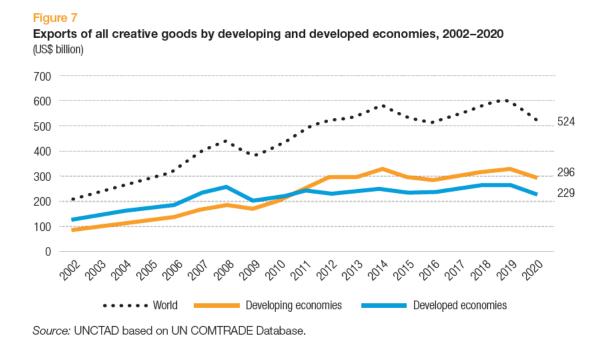
A principal distinção entre economia cultural e economia criativa reside no enfoque e na extensão das atividades. Enquanto a economia cultural se dedica às práticas artísticas e culturais com valor simbólico intangível, a economia criativa engloba um espectro mais amplo de setores nos quais criatividade e inovação são aplicadas para gerar valor econômico para demais stakeholders da cadeias produtivas, como empresas de administração e produção de bens criativos e seus investidores. Ambas as esferas desempenham um papel significativo na promoção de sociedades culturalmente ricas e economicamente dinâmicas.

Neste estudo, será adotado a visão de Tolila, que considera a Economia da Cultura como o vetor da Economia Criativa, através da criação simbólica cultural, onde os vários setores culturais estão interligados em camadas que se conectam com os setores criativos das cadeias de valor da Economia Criativa.



Fonte: SANTOS-DUISENBERG (2017, p.16)

De acordo com o relatório da UNCTAD, a economia criativa não apresenta uma definição singular. É um conceito em constante evolução, fundamentado na interação entre a criatividade humana, ideias, propriedade intelectual, conhecimento e tecnologia. Essencialmente, engloba as atividades econômicas baseadas em conhecimento nas quais as 'indústrias criativas' se sustentam. As 'indústrias criativas', que abarcam setores como publicidade, arquitetura, artes e artesanato, design, moda, cinema, vídeo, fotografía, música, artes cênicas, publicação, pesquisa e desenvolvimento, software, jogos de computador, publicação eletrônica e TV/rádio, constituem o motor propulsor da economia criativa. Elas também são consideradas fontes cruciais de valor comercial e cultural. A economia criativa emerge da soma de todos os componentes das indústrias criativas, englobando comércio, trabalho e produção. No cenário atual, as indústrias criativas emergem como alguns dos setores mais dinâmicos da economia global, proporcionando novas oportunidades para os países em desenvolvimento explorarem áreas de rápido crescimento na economia mundial (UNCTAD, 2022).



Fonte: UNCTAD (2021, p.35)

De acordo com o capítulo "International Trade Trends In Creative Goods And Services" do relatório "Outlook of the Creative Economy 2022" da UNCTAD, as tendências do comércio internacional de bens e serviços criativos estão gerando receitas crescentes para os países. As exportações de bens criativos aumentaram mais de 2,5 vezes nas últimas duas décadas, enquanto as exportações de serviços criativos também dobraram na última década. As exportações totais de serviços criativos superaram as exportações de bens criativos. Embora a parcela de bens criativos nas exportações totais tenha diminuído ligeiramente ao longo dos anos (representando 3% do comércio total de bens em 2020), a porcentagem de serviços criativos de todas as exportações de serviços cresceu espetacularmente, passando de 12% em 2010 para 21% em 2020 (UNCTAD, 2022).

2.1. Definições

A Economia da Cultura, conforme delineada por Paul Tolila, transcende a mera produção artística e cultural, posicionando-se como um catalisador do desenvolvimento econômico e social. Abrangendo campos diversos como artes, patrimônio cultural e mídia, ela não apenas contribui para a geração de receitas e empregos, mas também nutre a inovação e a criatividade. Ao fomentar novas ideias e soluções, a Economia da Cultura torna-se um motor de transformação e progresso, ao mesmo tempo em que nutre a identidade cultural e a coesão social.

A economia criativa, segundo a definição das Nações Unidas, é baseada na contribuição e potencial dos ativos criativos para estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento. Ela engloba aspectos econômicos, culturais e sociais, em interação com tecnologia, propriedade intelectual e objetivos de turismo. Essa economia compreende atividades fundamentadas no conhecimento, localmente arraigadas, com dimensões de desenvolvimento e conexões abrangentes tanto no âmbito macro quanto microeconômico. Não existe uma única definição universal para a economia criativa, e diferentes definições frequentemente se sobrepõem. Segundo a *United Nations Economist Network* - UNEN, na sua introdução a *Creative Economy - New Economics For Sustainable Development* (UNEN, 2020), a multiplicidade de dimensões da economia criativa é uma das suas características, o que contribui para o desenvolvimento econômico, social e cultural, apresentando potencial para ajudar a alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável.

Seguindo a delineação desta abordagem, a pesquisadora da Economia Criativa Ana Fonseca Reis, explica que o setor se estabelece como um vetor para a diversificação econômica, proporcionando resiliência diante das oscilações globais e oportunidades para

jovens talentos. Valorizando habilidades criativas e intelectuais, ela contribui para a construção de sociedades inclusivas e sustentáveis (REIS, 2009).

A Economia da Cultura e Economia Criativa são dimensões setoriais da economia que se complementam e enfatizam a importância da cultura humana e sua criatividade na condução de uma nação em direção a um desenvolvimento equilibrado e dinâmico. Nesse contexto, a sustentabilidade desempenha um papel central, definido como a busca por um desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. Esse enfoque abarca os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de metas globais da ONU que visa abordar desafios socioeconômicos e ambientais até 2030, oferecem um arcabouço completo para direcionar ações em prol da sustentabilidade. No âmbito social, essa abordagem também engloba o empoderamento das mulheres, a promoção da inclusão étnico-racial e o reconhecimento da diversidade LGBT+. Esses elementos são intrinsecamente interligados às dimensões sociais da economia criativa, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e plural (UNCTAD, 2022).

2.1.1. Economia da Cultura.

Conforme destacado por Paul Tolila, autor francês do DEPS (Département des Études, de la Prospective et des Statistiques) do Ministério da Cultura da França, a Economia da Cultura (DEPS, 2023) exerce um impacto multifacetado sobre a sociedade. Ela assume um papel significativo no desenvolvimento econômico, abrangendo uma gama diversificada de setores como artes, entretenimento, patrimônio cultural, mídia, turismo cultural, design e moda. Estes setores contribuem para a criação de empregos, a atração de investimentos, o crescimento do PIB e a geração de receitas para governos locais e nacionais. A Economia da Cultura está intrinsecamente relacionada com a inovação e a criatividade (GALARD, 2009), impulsionando a produção de novas ideias, produtos e serviços culturais. A criatividade atua como motor econômico de múltiplas maneiras, desde a criação de obras artísticas e design inovador até o desenvolvimento de tecnologias e soluções criativas para questões sociais. Além disso, desempenha um papel crucial ao promover e preservar a identidade e diversidade cultural de uma sociedade, valorizando e impulsionando expressões culturais únicas, como arte, música, dança, literatura e culinária, contribuindo para a riqueza cultural de uma comunidade ou país, fortalecendo a coesão social, a autoestima e o sentimento de pertencimento da população (TOLILA, 2007).

2.1.2. Economia Criativa.

De acordo com a definição da United Nations Economist Network - UNEN, em Creative Economy - New Economics For Sustainable Development, a economia criativa é um conceito em constante evolução, "baseado na contribuição e potencial dos ativos criativos para impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento. Ela abrange aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com tecnologia, propriedade intelectual e objetivos de turismo: é um conjunto de atividades econômicas baseadas no conhecimento, portanto mais localizadas, com uma dimensão de desenvolvimento e conexões transversais nos níveis macro e micro da economia. Não há uma definição única para a economia criativa, e as diferentes definições geralmente se sobrepõem. Uma característica comum é que a economia criativa tem uma multiplicidade de dimensões, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural, e tem o potencial de contribuir para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável" (UNEN, 2020).

Sob a perspectiva da pesquisadora Ana Fonseca Reis, que contribuiu para o Plano da Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura 2011-2014, essa abordagem econômica baseada na criatividade, cultura e conhecimento tem o potencial de impulsionar diversos setores, gerando crescimento econômico, empregos e transformação social. Segundo a autora, a Economia Criativa abrange uma ampla gama de atividades, incluindo artes visuais, audiovisual, design, música, moda, arquitetura, gastronomia, tecnologia da informação, entre outros. Esses setores não apenas geram bens e serviços culturalmente relevantes, mas também estimulam a inovação, a diversidade e o empreendedorismo (REIS, 2009).

Investir na Economia Criativa traz diversos benefícios para um país, promovendo a diversificação da economia, reduzindo a dependência de setores tradicionais e permitindo a exploração de nichos de mercado criativos. Isso aumenta a resiliência econômica e a capacidade de adaptação a mudanças globais. A Economia Criativa impulsiona a criação de empregos, especialmente para jovens talentosos e empreendedores, valorizando habilidades criativas e intelectuais, incentivando a formação de profissionais qualificados e a retenção de talentos dentro do país. Isso contribui para a redução do desemprego e para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva e sustentável (UNEN, 2020).

2.1.3. Sustentabilidade

O tema da sustentabilidade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS) da Organização das Nações Unidas - ONU, podem desempenhar um papel estruturante no contexto de um Observatório de Políticas Públicas Municipais da Economia da Cultura e Economia Criativa. A sustentabilidade refere-se à busca por um desenvolvimento que atenda às necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades (HAWKES, 2001). Por sua vez, os ODS são uma agenda global estabelecida pela ONU para abordar os principais desafios socioeconômicos e ambientais que o mundo enfrenta até o ano de 2030.

Um observatório de Políticas Públicas deve incorporar a sustentabilidade planetária como guia, abraçando os três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) constituem um quadro abrangente para direcionar ações e políticas em prol da sustentabilidade, abordando áreas variadas como erradicação da pobreza, saúde, educação, igualdade de gênero, energia limpa, entre outras. A integração dos ODSs em um Observatório de Políticas Públicas Municipais voltado para a Economia da Cultura e Economia Criativa permite a avaliação local do progresso rumo a esses objetivos. O observatório coleta e analisa dados, identificando desafios e lacunas, fornecendo subsídios para formulação de políticas e tomadas de decisão e desta forma fomenta colaboração entre atores locais como governo, empresas, sociedade civil e artistas, incentivando ações conjuntas para a Economia Cultural e Criativa em consonância com os ODSs. A inclusão de análise e indicadores na avaliação de políticas públicas voltadas para a economia da cultura e criatividade em âmbito municipal, enfocando a participação de mulheres, diversidade étnico-racial e comunidades LGBT+, desempenha um papel central na determinação da qualidade e eficácia de iniciativas direcionadas ao desenvolvimento criativo nos municípios e territórios. Além de refletir um compromisso com equidade e diversidade, essa abordagem desempenha um papel substancial no fomento do desenvolvimento sustentável e na prosperidade das comunidades locais. A integração de mulheres, grupos étnicos variados e indivíduos da comunidade LGBT+ não se limita a uma questão de justiça social, mas emerge como uma estratégia para estimular a criatividade, inovação e resiliência nos âmbitos culturais e criativos. A multiplicidade de perspectivas enriquece o repertório de ideias e soluções, culminando em resultados mais inclusivos e representativos. Ao considerar essa diversidade, os projetos e programas podem melhor atender às necessidades e aspirações de grupos historicamente marginalizados de maneira mais eficiente. Ao adotar essa abordagem inclusiva e acompanhar os indicadores ligados à diversidade e representatividade, os responsáveis pelas políticas públicas de Cultura e Criatividade podem avaliar se os projetos estão alinhados com os objetivos traçados, assegurando igualdade de oportunidades, auxiliando na identificação de lacunas e desafios específicos que necessitam de atenção, visando promover uma participação mais abrangente e justa. (HAWKES, 2001) Em um contexto em que a economia criativa enfatiza a inovação e a diversidade como elementos fundamentais, a inclusão de análise e indicadores que abarque mulheres, grupos étnicos variados e pessoas da comunidade LGBT+ emerge como uma estratégia essencial para fomentar um ambiente dinâmico, inclusivo e bem-sucedido.

2.2. Necessidade da Observação

De acordo com Paul Tolila a Economia da Cultura e a Economia Criativa são setores econômicos que apresentam desafios multifacetados, exercendo influência em diversos domínios e contribuindo para a formação de novas economias do conhecimento. Nesse cenário dinâmico, o autor ressalta a importância da necessidade da observação de políticas públicas, pois a complexidade associada à obtenção e uso de informações no contexto cultural demanda uma abordagem cautelosa e ponderada em relação às interpretações e tomadas de decisões das políticas públicas. A observação econômica e social desses setores emerge como um elemento vital para embasar escolhas em políticas públicas, orientar estratégias decisivas e fomentar ambientes de discussões democráticas (TOLILA, 2007).

A falta de informações confiáveis pode desencadear decisões prejudiciais aos âmbitos da cultura e da criatividade, especialmente em sociedades interligadas e administrações públicas e governamentais em multiníveis e intersetorializadas. A cultura da informação, enraizada na coordenação dos *stakeholders* desses setores e na disseminação dos resultados, torna-se imperativa para direcionar a tomada de decisões para a melhoria do bem comum.

A observação econômica da Economia da Cultura e Economia Criativa se assemelha a setores mais desenvolvidos como Saúde, Educação e Indústria, sublinhando sua importância na condução de políticas públicas e no fomento do crescimento setorial (TOLILA, 2007). Em nações emergentes, a ausência de observação econômica pode prejudicar o avanço, no entanto, é percebida como um investimento vantajoso para o presente, gerando cenários para o futuro, habilitando os tomadores de decisões a fazerem escolhas embasadas e previamente analisadas, minimizando riscos não antecipados e potenciais controvérsias.

A Observação de Políticas Públicas no âmbito da Economia da Cultura e Economia Criativa nos Municípios representa uma ferramenta para nortear escolhas informadas e sustentáveis, que não somente impulsiona o desenvolvimento cultural, como também evita equívocos e estimula o progresso em sociedades fluidas e interconectadas.

2.2.1 Metodologia da Observação

A metodologia de observação, proposta por Paul Tolila (2007), destaca que a informação é um recurso vital, porém, sua natureza é complexa e relacional, comparável à música que só existe quando é ouvida. A informação não é objetiva e externa, mas uma construção influenciada por nossos objetivos, hipóteses e métodos. Ela emerge como um processo ativo, moldado por estruturas intelectuais e estratégias individuais. Muitas vezes, vemos informações como dados objetivos, mas, na realidade, elas são internamente formadas por nossas estruturas de representação e objetivos. Isso dificulta manter uma perspectiva crítica sobre informações e pode resultar em divergências nas análises. No campo científico, busca-se evitar armadilhas subjetivas e tendenciosas ao construir informações válidas sobre fenômenos da economia cultural. Cientistas esforçam-se para serem cautelosos e rigorosos, explicitando seus objetivos e hipóteses para promover uma análise imparcial e precisa (TOLILA, 2007).

Tolila explora a metodologia de observação na pesquisa social, com ênfase em sua aplicação na economia cultural. Ele discute as etapas cruciais do processo, ressaltando a importância de confiabilidade, precisão e responsabilidade na criação de indicadores econômicos para esse setor em constante mudança.

De acordo com Tolila, a pesquisa social se desenvolve em várias fases: desde definir objetivos e preocupações do cliente (instituição estatal, parceira social ou empresa) até interpretar resultados. É uma abordagem crítica e autocrítica, adaptada às demandas dos tomadores de decisões, avaliação de fontes e resultados, e prevenção do subjetivismo. A informação gerada é válida, porém relativa, transitória e limitada, exigindo revisão contínua dos métodos e modelos à medida que as sociedades e relações humanas evoluem.

O autor destaca a importância de um sistema de observação na economia cultural para fornecer informações confiáveis que embasam a tomada de decisões, orientem políticas e sustentem o debate público. Para tal, propõe três etapas para estabelecer esse sistema:

1. Grande observação de enquadramento: Essa fase envolve a coleta abrangente de informações estruturais sobre o setor cultural, como financiamento público e privado, consumo cultural, emprego cultural e dados das indústrias culturais. Tolila reconhece os desafios práticos e metodológicos, demandando colaboração estreita com órgãos de estatísticas e apoio político-administrativo a longo prazo.

- **2. Pesquisas de setores e estratégicas:** Aqui, estudos específicos são conduzidos sobre setores individuais das indústrias culturais estratégicas que viabilizem pilotagens mais precisas e políticas bem coordenadas, especialmente em nível territorial.
- **3. Pesquisas sobre objetos "individuais":** A terceira etapa envolve a análise de objetos culturais únicos, como teatros, museus ou bibliotecas específicas. Essas investigações ajudam a verificar as hipóteses formuladas nas fases anteriores e a identificar elementos comuns e distintos de cada objeto.

O autor reconhece que a implementação deste esquema pode ser complexa, mas enfatiza que o domínio desses três níveis de informação (macro, meso e micro) é fundamental para desenvolver indicadores econômicos robustos para o setor cultural. Ao seguir esses passos, seria possível estruturar uma observação econômica eficaz e informada para impulsionar o desenvolvimento sustentável da economia da cultura nas regiões e nos territórios.

2.2.2. Indicadores da Observação

Na discussão sobre a importância de indicadores na cultura, Paul Tolila enfatiza que os indicadores devem ser entendidos como sinais que remetem a elementos dentro de um determinado cenário, são eficazes quando fundamentados em regularidades conhecidas. Sua utilidade é ressaltada quando há uma estratégia com objetivos claros, a habilidade de interpretar suas mensagens e a disposição de agir conforme a estratégia delineada. A construção de indicadores pode ser particularmente desafiadora na economia da cultura, dado o obstáculo representado pela escassez de observação e informações confiáveis. Diversos tipos de indicadores são identificados, como os de operação, que detalham atividades executadas, e os de resultados, que relacionam resultados às ações realizadas. Indicadores compostos, por sua vez, combinam diversos elementos ao estabelecer conexões entre eles, permitindo uma pilotagem mais precisa e uma utilização fundamentada nas decisões. A relevância do uso de indicadores é evidente na pilotagem de políticas públicas, gestão de instituições culturais, práticas de avaliação e promoção do debate democrático. A complexidade dos indicadores cresce conforme a ambição de uma pilotagem mais eficaz, tornando-os mais elaborados e abrangentes. No entanto, a transição das informações advindas de pesquisas para a concepção desses indicadores pode se revelar um desafio adicional a ser enfrentado (TOLILA, 2007).

Alguns exemplos que Paul Tolila utiliza para nortear a discussão:

1. Exemplo 1: O emprego cultural

- A observação completa do emprego cultural no país pode oferecer indicadores para uma estratégia de desenvolvimento do setor cultural.
- Operações internas podem quantificar a porcentagem de diferentes categorias de emprego cultural em relação ao total.
- Operações externas podem relacionar o número de empregos culturais com a população empregada total para comparações setoriais.

2. Exemplo 2: O setor das indústrias culturais

- Uma pesquisa de demografia industrial pode prover informações sobre as empresas culturais, incluindo tamanho, empregos, localização, etc.
- Estratégias podem ser formuladas com base na análise dos pesos relativos em diferentes funções e localizações das empresas culturais.

3. Exemplo 3: Pesquisa sobre um estabelecimento cultural

- Pesquisas específicas em estabelecimentos culturais podem revelar indicadores úteis para a gestão interna.
- Indicadores de resultados, eficácia e eficiência podem ser empregados para aprimorar o desempenho das instituições culturais.

Para Tolila, embora sejam ferramentas de gestão, diálogo e previsão, a construção dos indicadores deve ser consistente e confiável. O emprego paciente e rigoroso dos indicadores pode levar ao desenvolvimento de estratégias de longo prazo e persuadir financiadores com base em resultados concretos (TOLILA, 2007).

2.3. A Capacidade Estatal Municipal na Cultura

O pesquisador Flávio Santos Fontanelli (2021) aborda a temática da capacidade administrativa em nível municipal, focando especificamente no âmbito cultural e sua relação com o Sistema Nacional de Cultura. Segundo o autor, a análise realizada se beneficia das contribuições de diversos campos teóricos e do acesso a dados mais abrangentes, incluindo métodos quantitativos avançados. O conceito de capacidade administrativa é multifacetado, englobando dimensões institucionais, financeiras, gerenciais, técnicas e políticas, entre outras (FONTANELLI, 2021).

2.3.1 O Sistema Nacional de Cultura

O autor examina as políticas culturais vigentes no Brasil, especialmente com ênfase no Sistema Nacional de Cultura (SNC), e destaca a evolução das abordagens ao longo do tempo. Ele aponta para a história de descontinuidades que afetaram o Ministério da Cultura

(MinC), sublinhando a era de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que as decisões culturais foram privatizadas e os recursos públicos foram direcionados por meio de leis de incentivo. A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2002, resultou em uma mudança de direcionamento para uma perspectiva mais abrangente e complexa sobre a cultura, buscando uma maior participação ativa tanto do Estado quanto da sociedade civil.

Dentro desse contexto, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) surgiu como uma iniciativa para consolidar as políticas públicas culturais e promover uma gestão colaborativa entre os diferentes níveis de governo e a sociedade. A concepção e implementação do SNC abrangeram múltiplas etapas, incluindo a formulação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e a realização de conferências nacionais de cultura. A despeito das críticas direcionadas ao modelo do SNC, este adquiriu um status constitucional em 2012, contribuindo para a ampliação da adesão de municípios a essa iniciativa.

Para o autor é fundamental ressaltar, no entanto, que nem todos os municípios aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, e a influência prática desse desenvolvimento histórico na construção das capacidades estatais locais ainda carece de uma análise mais abrangente. O delineamento fundamental dos sistemas culturais locais fornece um arcabouço analítico que auxilia na compreensão de como os municípios elaboram e implementam suas políticas culturais (FONTANELLI, 2021).

É importante também reconhecer que as políticas culturais, especialmente quando vinculadas a um sistema como o SNC, possuem uma dimensão política intrínseca. Monitorar os impactos dessas políticas requer uma observação atenta das interações políticas em jogo. Isso envolve considerar como as decisões são tomadas, as motivações por trás delas e como diferentes atores políticos influenciam o processo. Os projetos vinculados ao Sistema Nacional de Cultura, portanto, segundo Fontanelli "devem ser analisados não apenas sob uma perspectiva técnica ou administrativa, mas também sob uma lente política para entender plenamente seu impacto como políticas públicas. Isso implica examinar como os interesses políticos moldam a implementação, o financiamento, a adesão e os resultados desses projetos, e como essa dinâmica política pode afetar as comunidades e a sociedade dos sistemas locais de cultura" (FONTANELLI, 2021).

2.3.2 O Sistema Local de Cultura

Fontanelli explora o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a concepção dos Sistemas Locais de Cultura (SLC). O SNC foi idealizado para promover a colaboração democrática entre os níveis federal, estadual e municipal do governo, assim

como com a sociedade civil. A adesão dos municípios ao SNC ocorre de maneira gradual, por meio de acordos federativos, termos de adesão e leis específicas.

Os Sistemas Locais de Cultura engloba quatro dimensões centrais: coordenação do sistema, envolvendo planejamento, execução de políticas municipais e articulação institucional; criação de instâncias participativas, como conselhos municipais de cultura, para fomentar a participação social e o diálogo institucional; sistema de financiamento, incluindo fundos municipais de cultura e outras fontes de recursos; e programas, ações e infraestruturas culturais, abrangendo a gestão de instalações, eventos artísticos e programas educativos.

Para avaliar como as políticas culturais implementadas pelos governos do PT e o estabelecimento do SNC impactaram a capacidade dos municípios em conduzir políticas culturais, o autor utilizou dados das pesquisas IBGE-Munic/2018 e dos Suplementos de Cultura da Munic 2006 e 2014.

A descentralização das políticas culturais no Brasil começou no primeiro governo Lula, estabelecendo estruturas municipais dedicadas à cultura, como órgãos gestores e conselhos de política cultural. A criação de conselhos e fundos municipais de cultura registrou períodos de crescimento, como em 2005, 2009 e 2013, com o Ministério da Cultura (MinC) desempenhando um papel fundamental ao incentivar a formação de estruturas locais. Apesar desses avanços, persistiram fragilidades nas capacidades locais que limitam a eficácia das políticas culturais. Um exemplo é a existência limitada de planos municipais de cultura, mesmo em municípios com estruturas culturais estabelecidas, onde apenas cerca de 6% possuíam planos regulamentados por lei em 2014.

Tabela 1 - Sistema Nacional de Cultura: Número de Adesões Municipais por Ano e UF – 2012-2019

UF/ Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
AC	1	7	3							11
AM		8	3	1		2				14
AP		4				1	1			6
PA		61	8	11	1	4			1	86
RO		9		5						14
RR	1	7	1							9
Norte	2	96	15	17	1	7	1	0	1	140
AL		12	5	7	1	3	1		1	30
BA	1	107	45	23	5	28	5		6	220
CE	4	61	46	27	4	14	5		1	162
MA		58	61	3		3			1	126
PB	4	50	16	13		11	1	1		96
PE	1	35	17	9	3	18	6		1	90
PI		30	19	8	2	13	5	1	2	80
RN	1	54	23	2		12	2	3	2	99
SE		6	14			9	12			41
Nordeste	11	413	246	92	<i>15</i>	111	<i>3</i> 7	5	14	944
ES		16	8	1	1	8	2			36
MG	9	130	76	35	14	62	15	4	5	350
RJ	4	36	16	5	4	8	2		1	76
SP	8	115	66	22	4	28	8	1	7	259
Sudeste	21	297	166	63	23	106	27	5	13	721

Tabela 1 - Sistema Nacional de Cultura: Número de Adesões Municipais por Ano e UF – 2012-2019 (continuação)

UF/ Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
GO		41	29	4		8	2		1	85
MS		34	14	8	4	2	1			63
MT		43		3	1	7	5	3	3	65
TO		32	12	3	1	4		1		53
Centro- Oeste	0	150	55	18	6	21	8	4	4	266
PR	3	53	50	20	8	16	4		4	158
RS	3	129	50	18	7	28	8	1	5	249
SC	2	101	65	23	5	21	11	5	3	236
Sul	8	283	165	61	20	65	23	6	12	643
TOTAL	42	1.239	647	251	65	310	96	20	44	2.714

Fonte: http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/ sites/32/2020/10/2020.10-Planilha-geral-Adesa %CC %83o.xlsx-Plan1.pdf. Elaboração própria.

Fonte: FONTANELLI (2022, p.519)

De acordo com Fontanelli, esses dados evidenciam avanços parciais na descentralização federativa, porém, ainda enfrentam desafios estruturais predominantes na maioria dos municípios brasileiros. A falta de recursos, infraestrutura tecnológica e capacidade administrativa são obstáculos à implementação de políticas culturais. A análise desses dados à luz do modelo dos Sistemas Locais de Cultura oferece uma compreensão mais profunda das barreiras estruturais e das capacidades municipais no contexto das políticas culturais (FONTANELLI, 2021).

Tabela 5. Sistemas Locais de Cultura: Quadro Geral – 2018

Faixa de População	Municípios	Política Municipal de Cultura*	Plano Municipal de Cultura	Conselho de Cultura	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio	Fundo Municipal de Cultura
1 - Até 5.000	1.257	nd.	74	357	217	281
2 - 5.001 até 10.000	1.203	nd	72	369	222	297
3 – 10.001 até 20.000	1.348	nd	132	527	225	386
4 – 20.001 até 50.000	1.096	Nd	160	576	222	408
5 – 50.001 até 100.000	349	Nd	85	248	99	192
6 – 100.001 até 500.000	271	Nd	106	230	120	194
7 - Maior que 500.000	46	Nd	25	45	31	38
TOTAL	5.570	Nd	654	2.352	1.136	1.796

Fonte: Elaboração própria com base na MUNIC IBGE 2018. * Informação não disponível

Fonte: FONTANELLI (2022, p.533)

2.3.3 A Capacidade Estatal Municipal na Cultura

Fontanelli analisa as capacidades culturais dos municípios brasileiros a partir da análise dos dados da pesquisa Munic-IBGE, considerando o perfil populacional dos municípios e o cluster em relação ao perfil dos sistemas locais de cultura, dentro ou fora do Sistema Nacional de Cultura (FONTANELLI, 2022) (SNC, 2023).

Tabela 8 - Capacidades Municipais em Cultura: Capacidade de Coordenação – 2014

		rtilhada		Sistemas Infor erenciar a Polí Cultura	Plano Municipal de Cultura			
Classe Populacional	Otde. de Municípios	Secretaria Exclusiva o u Compartilhada & Fundação Cultura	Otde.	Regulamentado por Instrumento Legal Sistema permite Cadastramento de Projetos Culturais	Em Elaboração Sistema inclui Planejamento Orçamentário	Regulamentado por Instrumento Legal	Em elaboração	Possui Metas
1	1.243	874 (70%)	117 (9 %)	77	52	35 (3%)	143	45
2	1.216	856 (70%)	129 (11%)	88	38	39 (3%)	190	47
3	1.383	1.041 (75%)	182 (13%)	124	69	63 (5%)	326	90
4	1.080	845 (84%)	163 (16%)	101	59	85 (8%)	343	116
5	348	308 (89%)	70 (20 %)	34	31	41 (12%)	164	50
6	261	245 (94%)	50 (19 %)	26	22	52 (20%)	129	58
7	39	37 (95%)	20 (51 %)	13	10	11 (28%)	21	12
Total	5.570	4.206 (76%)	731 (13%)	463	281	326 (6 %)	1.316	418

Fonte: Elaboração própria com base na MUNIC IBGE 2014.

Fonte: FONTANELLI (2022, p.538)

Na sua análise de Fontanelli dos municípios temos que:

1. Infraestrutura e Equipamentos Culturais:

- A maioria dos municípios tem escassos equipamentos culturais, como bibliotecas e museus.
- Municípios menores possuem infraestrutura cultural mais limitada, com poucas instituições e equipamentos diversificados.

2. Coordenação, Execução e Articulação Institucional:

- Possuir órgãos de cultura, como secretarias municipais, é estratégico, mas muitos municípios carecem dessa estrutura.
- A capacidade tecnológica para a gestão cultural é restrita, com poucas prefeituras usando sistemas informatizados.
- Recursos humanos no setor cultural são limitados e frequentemente pouco qualificados.
- Conselhos municipais de cultura cresceram, mas enfrentam desafios, com necessidade de maior participação da sociedade.
- Formação de consórcios municipais para políticas culturais é rara, mas pode trazer colaborações e execução de projetos.

3. Financiamento:

- Execução orçamentária em cultura é baixa em muitos municípios, prejudicando a manutenção de equipamentos e financiamento de programas.
- Recursos são predominantemente direcionados a eventos musicais, enquanto manifestações mais complexas recebem menos investimento.

4. Articulação Federativa e Engajamento com a Sociedade Civil:

- Conselhos municipais de cultura cresceram, mas ainda enfrentam desafíos para funcionamento e participação da sociedade.
- Formação de consórcios municipais para a cultura é pouco comum, embora possam ampliar capacidade de gestão e parcerias entre municípios.

Fontanelli sugere que as capacidades culturais variam nos municípios brasileiros, com desigualdades acentuadas, especialmente em cidades menores ao implementar políticas culturais. O autor também reflete que a intervenção do governo federal seria fundamental para estabelecer uma política cultural coesa e sustentável, apoiando ações e programas eficazes tanto por governos locais quanto por grupos da sociedade civil.

2.3.4 Os Sistemas Locais de Cultura e sua Caracterização por meio de Clusters

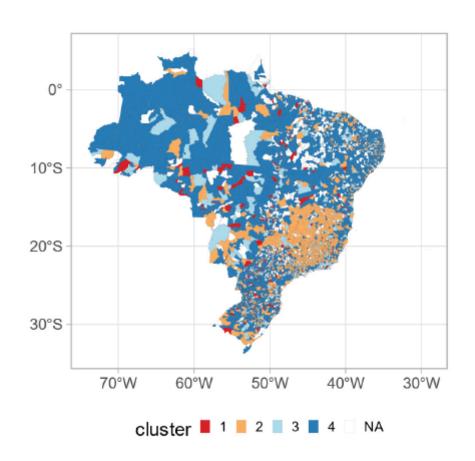
Na sua análise de agrupamento dos Sistemas Locais de Cultura Fontanelli identificou quatro grupos distintos com diversas características e capacidades:

- 1. Cluster 1 (218 municípios): Caracterizado por baixa densidade cultural, poucos equipamentos culturais, infraestruturas deficientes, escassa elaboração de planos de cultura e execução orçamentária limitada. Composto por municípios de menor PIB per capita e populações médias reduzidas.
- 2. Cluster 2 (1.124 municípios): Abrange sistemas locais de cultura relativamente desenvolvidos, com densidade de equipamentos culturais e investimentos na construção

desses sistemas. Mostra menor adesão ao Sistema Nacional de Cultura - SNC (SNC, 2023), principalmente concentrada no sudeste, especialmente em Minas Gerais.

- **3. Cluster 3 (471 municípios):** Engloba municípios de maior PIB e população média, apresentando densa rede de equipamentos culturais, maior participação e gestão. Inclui planos municipais de cultura com metas definidas.
- **4. Cluster 4 (2.964 municípios):** Representa um número significativo de municípios, assemelhando-se ao cluster 1 em deficiências estruturais, baixa densidade cultural e poucos mecanismos de gestão. Esse cluster está distribuído por todo o país, exceto na região sudeste.

Mapa 1 – Distribuição dos *Clusters* de Municípios no Território Nacional



Fonte: elaboração própria com base na MUNIC IBGE

Fonte: FONTANELLI (2022, p.567)

Essa análise evidencia as diversidades e fragilidades dos sistemas locais de cultura no Brasil, destacando a discrepância nas capacidades e realidades culturais. Os clusters 1 e 4 são

os menos desenvolvidos, enquanto os clusters 2 e 3 apresentam sistemas locais de cultura mais avançados, com adesão ao SNC (SNC, 2023) e melhores condições de gestão cultural. A descentralização e a construção de capacidades culturais continuam sendo desafios em várias regiões do país. Fontanelli reflete que após a Constituição de 1988, o governo federal buscou descentralizar e universalizar políticas públicas, resultando na criação de sistemas nacionais como o Sistema Nacional de Cultura - SNC (SNC, 2023). No entanto, o SNC revela desigualdades e fragilidades institucionais, incluindo capacidades insuficientes em aspectos políticos, burocráticos e gerenciais. O autor sugere a redefinição do SNC com base em consórcios públicos intermunicipais para fortalecer as políticas culturais, destacando que o governo federal dispõe de recursos e habilidades para promover essa transformação (FONTANELLI, 2022).

3. ANÁLISES

As metodologias de análise PESTEL e SWOT foram escolhidas para a elaboração do Plano para um Observatório de Políticas Públicas de Economia da Cultura e Economia Criativa devido às suas vantagens para este trabalho de TCC. Essas metodologias são importantes para compreender as dinâmicas contextuais e identificar tanto as oportunidades quanto os desafios que podem exercer influências sobre a competitividade e o êxito das atividades de observação de projetos e iniciativas de políticas culturais e criativas (COELHO, PERES, 2016).

Análise dos Fatores Externos: O método PESTEL é uma ferramenta de análise que aborda as influências externas em relação a uma organização e pode auxiliar na tomada de decisões para o Plano do Observatório de Economia da Cultura e Criativa devido à sua capacidade de avaliar diversos fatores externos que podem afetar o ambiente operacional do plano, tais como:

- 1. Avaliação Holística do Ambiente Externo: O método analisa categorias amplas de fatores externos: Políticos, Econômicos, Sociais, Tecnológicos, Ambientais e Legais. Essas categorias abrangem uma ampla gama de influências que podem afetar o funcionamento do observatório, como políticas governamentais, tendências econômicas, mudanças na sociedade, avanços tecnológicos, preocupações ambientais e regulamentações legais (LEITE, 2021).
- **2.** Identificação de Oportunidades e Ameaças: O método ajuda a identificar oportunidades emergentes e ameaças potenciais que o observatório pode enfrentar no ambiente externo. Por exemplo, ao analisar os fatores tecnológicos, é possível identificar novas tecnologias que

podem otimizar a coleta e análise de dados culturais, enquanto também se percebe a ameaça de obsolescência tecnológica.

- **3.** Adaptação às Mudanças: O ambiente da economia da cultura e criativa é dinâmico e sujeito a mudanças rápidas. O PESTEL permite que o observatório esteja ciente das mudanças que podem ocorrer nos fatores externos e, assim, possa se adaptar a novas realidades.
- **4. Influência em Estratégias:** A análise PESTEL fornece informações valiosas que podem ser usadas para desenvolver estratégias mais informadas e robustas. Ao compreender os fatores políticos, por exemplo, o observatório pode antecipar mudanças nas políticas públicas que afetarão suas atividades e, assim, ajustar suas estratégias para alinhá-las (LEITE, 2021).
- **5. Minimização de Riscos:** Ao antecipar ameaças potenciais, o observatório pode tomar medidas proativas para mitigar riscos. Por exemplo, se uma mudança nas políticas governamentais pode afetar o financiamento do observatório, ele pode desenvolver planos de contingência (LEITE, 2021).
- **6. Formulação de Políticas:** O PESTEL fornece informações valiosas para a formulação de políticas e diretrizes dentro do observatório. Ao entender os fatores legais e regulatórios, o observatório pode garantir que suas atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentos vigentes (LEITE, 2021).

Análise das Forças Internas em Relação às Externas: Para a Análise das forças internas da organização está sendo utilizado o SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats), ou Análise SWOT, que é uma metodologia que pode ser utilizada para a análise das forças internas de um plano para um observatório de economia da cultura e criativa. A metodologia oferece uma estrutura sistemática para avaliar os aspectos internos de uma organização, projeto ou plano, fornecendo uma compreensão clara de seus pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e ameaças que podem afetar o seu desenvolvimento. No contexto específico de um observatório voltado para a economia da cultura e criativa, a Análise SWOT desempenha um papel nos pontos:

1. Identificação de Pontos Fortes e Fracos: A análise SWOT ajuda a identificar as características internas positivas (pontos fortes) e as áreas que precisam ser melhoradas (pontos fracos). Para um observatório de economia da cultura e criativa, isso pode incluir recursos humanos qualificados, infraestrutura tecnológica, rede de contatos, capacidade de coleta e análise de dados, entre outros fatores.

- **2. Definição de Estratégias:** Com base nos pontos fortes identificados, é possível desenvolver estratégias para capitalizar essas vantagens competitivas. Isso pode envolver a alocação adequada de recursos, a promoção de parcerias estratégicas ou a expansão de áreas de excelência.
- **3. Mitigação de Fraquezas:** Ao reconhecer as fraquezas internas, o observatório pode trabalhar na mitigação desses aspectos. Isso pode envolver investimentos em capacitação, atualização de tecnologia, ou qualquer outra ação que possa melhorar esses pontos fracos.
- **4. Identificação de Oportunidades:** A Análise SWOT também ajuda a identificar as oportunidades externas que podem ser aproveitadas. Isso pode incluir lacunas no mercado, tendências emergentes, demandas não atendidas ou novas tecnologias que possam ser integradas nas operações do observatório.
- **5. Antecipação de Ameaças:** A metodologia permite a identificação de ameaças potenciais que possam afetar o desenvolvimento do observatório. Isso pode ser crucial para preparar medidas preventivas ou planos de contingência.
- **6. Embasa Decisões Estratégicas:** A análise SWOT oferece uma base objetiva para decisões estratégicas. Ao ter uma compreensão completa das forças internas, é possível tomar decisões mais embasadas, alinhadas aos objetivos do observatório.
- **7. Melhoria Contínua:** A análise SWOT é um processo contínuo, permitindo a monitorização constante dos pontos fortes e fracos à medida que o observatório se desenvolve. Isso possibilita ajustes ao longo do tempo para melhorar a eficácia e a eficiência das operações.

3.1. Análise PESTEL

A Análise PEST é uma abordagem que considera os aspectos Políticos (P), Econômicos (E), Sociais (S) e Tecnológicos (T) para examinar mudanças no cenário organizacional, institucional e estratégico. Essa metodologia oferece uma visão ampla das oportunidades e ameaças externas que afetam as empresas, sendo amplamente utilizada para esse propósito. Alguns estudiosos expandem o acrônimo PEST para incluir dimensões adicionais, como Ambiental (A) e Legal (L), formando PESTAL ou Pestel, com o "e" representando o aspecto ambiental (COELHO, PERES, 2023).

No contexto desta análise deste TCC, estamos adotando o modelo STEEPLE: Sociais (S), Tecnológicos (T), Econômicos (E), Meio-Ambiente/Environment (E), Políticos (P), Legais (L) e Éticos (E). A escolha do termo a ser empregado depende dos fatores analisados

para identificar ameaças e oportunidades externas. Não existe uma abordagem única, pois ela varia de acordo com o tipo de análise conduzida pela organização.

A Análise PESTEL (STEEPLE) tem como objetivo subsidiar as decisões estratégicas, proporcionando aos tomadores de decisão uma perspectiva abrangente das mudanças em andamento no ambiente externo. O conhecimento das transformações permite que a organização reaja de maneira proativa, tomando decisões informadas. A Análise PEST lida exclusivamente com fatores externos para embasar a elaboração do planejamento estratégico da organização e suas etapas essenciais, como definir a Missão, Visão e Valores, estabelecer Objetivos Estratégicos, determinar Metas, planejar Ações e elaborar Orçamentos.



Fonte: Software Online MIRO, Modelo Pestel STEEPLE, Elaboração do Autor (2023)

Na Análise deste TCC visando gerar um Plano para um Observatório de Políticas Públicas Municipais de Economia da Cultura e Economia Criativa obtivemos alguns contextos dos fatores externos para reflexão:

Sociais. Na Economia da Cultura e Economia Criativa, os elementos sociais englobam a análise das taxas de crescimento populacional, mobilidade social e informações

demográficas do mercado. No caso deste último, compreender os gêneros, níveis educacionais, faixas etárias e outros aspectos é crucial para aprimorar a precisão e a eficácia das estratégias.

Perguntas Orientadoras:

- Qual é a taxa de crescimento da população e qual é a composição etária? Como isso terá impacto sobre a organização?
- Como as mudanças geracionais poderão afetar os produtos/serviços que a organização irá analisar?
- As tendências do mercado de trabalho e atitudes em relação ao trabalho diferem entre diferentes grupos etários? De que modo isso afeta as pesquisas e setores?
- Quais atitudes e tabus sociais têm potencial para influenciar o projeto? Existem mudanças socioculturais recentes que poderiam ter efeitos?
- Como as crenças religiosas e as escolhas de estilo de vida afetam a base do público final dos projetos de políticas públicas?
- Existem outros fatores socioculturais que poderiam impulsionar mudanças na proposta de Observatório? (COELHO, PERES, 2023)

Tecnologias. No contexto da economia criativa e cultural, os fatores tecnológicos representam avanços ou inovações capazes de impactar uma empresa. Estes elementos abrangem áreas como pesquisa e desenvolvimento, robótica, inteligência artificial e automação.

Perguntas Orientadoras:

- Existem novas tecnologias que a proposta poderia adotar, como software para automação de gestão orçamentária, processos, projetos, etc.?
- Quais novas tecnologias poderiam revolucionar o setor sendo analisado ou o trabalho?
- Quem têm acesso às novas tecnologias que poderiam redefinir as cadeias de valores sendo analisadas?
- Existem outros fatores tecnológicos que a proposta precisa levar em conta? (VAZ, 2016)

Economia. Esses fatores identificam o desempenho da economia, o que pode influenciar as operações de um negócio, e podem incluir taxas de câmbio, taxas de crescimento econômico, inflação, taxas de juros e emprego.

Perguntas Orientadoras:

- Qual é a atual situação econômica? Estamos presenciando crescimento, estagnação ou declínio?
- As taxas de câmbio permanecem estáveis ou existe uma tendência significativa de flutuação?
- Como está a evolução da renda dos usuários finais? Como se espera que isso mude nos próximos anos?
- Qual é a taxa de desemprego? A contratação de uma força de trabalho qualificada será uma tarefa fácil? Ou, ao contrário, a contratação será custosa? Caso seja onerosa, como isso afetará nosso planejamento de orçamento de recursos humanos?
- Os usuários e empresas têm acesso facilitado a crédito? Caso contrário, como isso repercutirá em nossa organização?
- Como a globalização impacta o cenário econômico?
- Existem outros fatores econômicos que necessitam ser considerados? (LEITE, 2021)

Environment (Meio-Ambiente). Fatores ambientais ou fatores ecológicos podem abranger a disponibilidade de recursos naturais e as mudanças climáticas, os quais podem afetar a operação e a produção no âmbito da economia da cultura e criativa.

Perguntas Orientadoras:

- Como a disponibilidade de recursos naturais influencia as atividades da economia da cultura e criativa em nossa região?
- Quais são os potenciais impactos das mudanças climáticas nas operações e produção de iniciativas de economia da cultura e criativa?
- Quais estratégias podem ser implementadas para minimizar o uso de recursos naturais e reduzir nosso impacto ambiental?
- Como a conscientização em relação à sustentabilidade afeta a aceitação e adoção de produtos e serviços na economia da cultura e criativa?
- Quais são os riscos associados a eventos climáticos extremos e como podemos nos preparar para mitigá-los dentro do contexto da nossa operação?
- De que maneira a consideração dos fatores ambientais pode influenciar decisões de localização, design e produção na economia da cultura e criativa? (UNCTAD, 2022)

Política. Fatores políticos dizem respeito à participação do governo na indústria e na economia, e podem englobar elementos como políticas fiscais, estabilidade política, rotas comerciais e relações internacionais.

Perguntas Orientadoras:

- Quando está agendada a próxima eleição municipal, estadual ou nacional? De que forma isso pode impactar as políticas regionais ou governamentais?
- Qual é a situação política vigente no país e de que maneira isso pode afetar o setor analisado?
- Quais são os candidatos mais prováveis a assumir o poder? Quais são suas opiniões em relação às políticas relevantes para a proposta da organização?
- Como o governo aborda temas como política corporativa, responsabilidade social corporativa, questões ambientais e regulamentações de proteção ao consumidor? Qual é o impacto disso, e quais mudanças são prováveis?
- Existem outros fatores políticos que possivelmente sofrerão alterações? De que forma eles impactarão a proposta? (LEITE, 2021)

Legal. Os fatores legais estão relacionados às leis que se aplicam no estado, país ou território onde um negócio opera, e podem incluir elementos como direitos dos consumidores, igualdade de oportunidades e questões de saúde e segurança.

Perguntas Orientadoras:

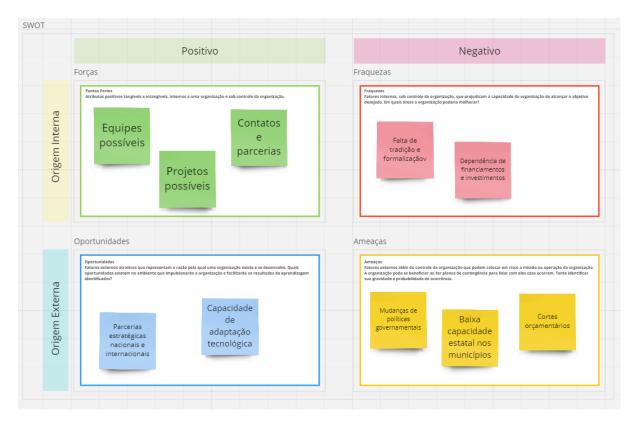
- Quais são as leis vigentes no nosso estado, país ou território que podem impactar as operações na economia da cultura e criativa?
- Como as regulamentações relacionadas aos direitos dos consumidores afetam os produtos ou serviços no mercado da cultura e economia criativa?
- De que maneira as questões de igualdade de oportunidades influenciam a forma como é abordada a estratégia na economia criativa?
- Como é possível garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança nas atividades culturais e criativas, considerando o ambiente legal?
- Quais são as tendências emergentes nas regulamentações legais que podem afetar os negócios na economia da cultura e criativa, e como podemos nos preparar para elas? (TOLILO, 2007)

Ética. É um conjunto geral de princípios morais que pessoas de um determinado sistema de crenças seguem, e pode abranger fatores semelhantes à cultura, integridade e moralidade. Perguntas Orientadoras:

- Como a consideração ética influencia as decisões e ações dentro do contexto da Economia da Cultura e Economia Criativa?
- Como os princípios morais aplicados pelas diferentes partes interessadas afetam a forma como os negócios são conduzidos nesse ambiente?
- De que maneira a ética está relacionada aos valores culturais e à integridade nas operações da Economia da Cultura e Criativa?
- Quais são os impactos potenciais da aderência ou violação dos princípios éticos no sucesso e reputação das empresas e organizações nesse setor?
- Como a consideração ética afeta a tomada de decisões estratégicas, especialmente quando se trata de equilibrar inclusividade, diversidade e responsabilidade social na Economia da Cultura e Economia Criativa? (HAWKES, 2001)

3.2. Análise SWOT

Através da análise SWOT de um plano para um Observatório de Políticas Públicas de Economia Cultural e Economia Criativa nos municípios foi possível fazer uma reflexão sobre a estrutura sistemática fornecida por este método para avaliar a situação atual, identificar desafios e oportunidades, e orientar a formulação de estratégias eficazes. Aqui está como a análise SWOT colaborou nesse contexto (COELHO, PERES, 2023):



Fonte: Software Online MIRO, Modelo SWOT, Elaboração do Autor (2023)

Pontos Fortes

Atributos positivos tangíveis e intangíveis, internos a uma organização e sob controle da organização.

- A análise SWOT revela que o observatório poderia possuir uma equipe especializada em coleta e análise de dados, sendo um ponto forte interno que pode impulsionar sua capacidade de informar políticas públicas na Economia da Cultura e Criativa.
- Ao identificar como ponto forte a rede de parcerias com instituições culturais, a análise SWOT sugere que o observatório pode aproveitar essas conexões para promover uma maior compreensão e colaboração no âmbito da economia criativa.
- A análise SWOT destaca que a flexibilidade para incorporar novas tecnologias pode ser um ponto forte interno do observatório, permitindo a adaptação às mudanças tecnológicas e melhorando sua eficácia na geração de análises e indicadores (TOLILO, 2007), (VAZ, 2016).

Fraquezas

Fatores internos, sob controle da organização, que prejudicam a capacidade da organização de alcançar o objetivo desejado. Em quais áreas a organização poderia melhorar?

- Através da análise SWOT, foi identificado que a falta de expertise técnica em análise de dados é uma fraqueza que impacta a capacidade de avaliar eficazmente as tendências do mercado cultural e criativo.
- A análise SWOT revelou que a limitada presença online é uma fraqueza que impede alcançar um público mais amplo interessado em políticas públicas para a economia da cultura e criativa
- Com base na análise SWOT, reconhece-se que a falta de colaborações estratégicas com instituições acadêmicas pode enfraquecer a capacidade de fornecer insights fundamentados sobre o impacto econômico da cultura e criatividade nos territórios (VAZ, 2016, LEITE, 2021).

Oportunidades

Fatores externos atrativos que representam a razão pela qual uma organização existe e se desenvolve. Quais oportunidades existem no ambiente que impulsionarão a organização e facilitarão os resultados identificados?

- A análise SWOT revelou que a crescente conscientização sobre sustentabilidade oferece uma oportunidade única e inédita para o observatório se posicionar como líder em políticas públicas voltadas para a Economia da Cultura e Criativa, alinhando-se com as demandas atuais e futuras.
- Identificou-se, por meio da análise SWOT, que a colaboração com universidades locais nos territórios pode ser uma oportunidade estratégica para o observatório expandir sua base de conhecimento e ampliar sua influência na formulação de políticas públicas para a Economia da Cultura e Criativa.
- Através da análise SWOT, foi notado que a rápida adoção de tecnologias digitais pelas indústrias criativas representa uma oportunidade para o observatório se concentrar no desenvolvimento de dados e análises relevantes, fornecendo insights valiosos para a tomada de decisões governamentais (UNCTAD, 2022), (COELHO, PERES, 2023), (VAZ, 2016).

Ameacas

Fatores externos além do controle da organização podem colocar em risco a missão ou operação da organização. A organização pode se beneficiar ao ter planos de contingência para lidar com eles caso ocorram. Tente identificar sua gravidade e probabilidade de ocorrência.

- Através da análise SWOT, o observatório identificou a ameaça de possíveis mudanças nas políticas governamentais que poderiam impactar negativamente a promoção da economia da cultura e criativa.
- A análise SWOT destacou a ameaça da concorrência de iniciativas similares em outras regiões, incentivando o observatório a desenvolver estratégias mais inovadoras e diferenciadas
- Através da análise SWOT, o observatório percebeu a ameaça da falta de conscientização pública e baixa capacidade estatal municipal sobre a importância da economia da cultura e criativa, sendo necessário a adoção de medidas de sensibilização e educação política para enfrentar esse desafio (COELHO, PERES, 2023), (FONTANELLI, 2022).

4. PROPOSIÇÃO

A proposição consiste neste Plano para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa e está orientada pela sua pergunta norteadora "Qual poderia ser o impacto potencial da criação de um Observatório de Políticas Públicas para os Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa, considerando diferentes contextos de desenvolvimento urbano, territorial e cultural, e como isso poderia influenciar a formulação e implementação de políticas públicas municipais?".

O observatório moverá em torno de uma plataforma online que coleta, analisa e divulga dados relevantes sobre políticas, tendências e impactos na economia cultural e criativa dos municípios. Ele visa suprir a falta de análises regionais e locais abrangentes e atualizadas, proporcionando informações para tomadas de decisão embasadas e formulação de políticas eficazes. A plataforma utilizará ferramentas de análise de dados e visualização, proporcionando acesso a informações confiáveis e auxiliando na tomada de decisões informadas (VAZ, 2016). A proposta busca atender diversos segmentos, como governos municipais, empresas culturais, instituições acadêmicas e organizações do terceiro setor. Através de parcerias, equipes de analistas de políticas culturais e especialistas em dados serão responsáveis pela coleta, análise e interpretação dos dados, enquanto a equipe de desenvolvimento tecnológico cuidará da plataforma. A estrutura de custo envolverá o desenvolvimento da plataforma, salários e honorários para a equipe, e marketing. As fontes de receita incluirão assinaturas, parcerias e patrocínios.

4.1. Objetivo

O propósito da criação do Observatório de Políticas Públicas Municipais na Economia da Cultura e Economia Criativa é estabelecer uma organização com caráter acadêmico, voltada para a análise, monitoramento e avaliação das políticas públicas executadas nas esferas da Economia da Cultura e Economia Criativa a nível municipal. O objetivo principal do observatório é oferecer informações, análises e recomendações fundamentadas em pesquisas científicas, visando apoiar a evolução e aperfeiçoamento das políticas nessas áreas.

4.2. Funções

As funções do Observatório seriam:

4.2.1 Pesquisa acadêmica

Como observatório acadêmico, uma de suas principais funções é a realização de pesquisas acadêmicas sobre a economia da cultura e economia criativa. Essas pesquisas podem abordar diversos aspectos, como o potencial econômico, os modelos de negócios, os desafios enfrentados pelos empreendedores criativos, o papel da cultura no desenvolvimento econômico e sustentável local, entre outros temas relevantes (LINS, 2009). Todas as pesquisas estariam sendo realizadas com a análise da dimensão da sustentabilidade, priorizando a diversidade e a inclusão democrática das populações dos clusters menos favorecidos, como apontado na análise de Fontanelli.

4.2.2. Coleta de Dados e Indicadores

O Observatório objetiva realizar pesquisas e levantamentos de dados e informações relacionados à Economia da Cultura e Economia Criativa nos Municípios, buscando identificar indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais relevantes, para aprofundamento das discussões sobre suas capacidades municipais (MILAN, 2016), (LINS, 2009), (LEITE, 2021).

4.2.3. Análise e Monitoramento

Com base nos dados coletados, o Observatório realiza análises e monitora as políticas públicas implementadas pelos municípios, compartilhando com estados, demais entes federativos e sociedade todas as informações, possibilitando que Indicadores Culturais e Dados Abertos ampliem a democratização da gestão cultural (VAZ, 2016). Isso inclui avaliar a eficácia, o impacto e a adequação dessas políticas em relação aos objetivos propostos (LEITE, 2021).

4.2.4. Produção de Relatórios e Recomendações

O Observatório produz relatórios periódicos que consolidam os resultados das análises e apresentam recomendações para aprimorar as políticas públicas municipais. Com base nas análises e pesquisas realizadas, o Observatório discute recomendações de políticas públicas para os gestores municipais. Essas reflexões conjuntas visam aprimorar as políticas existentes, preencher lacunas identificadas e promover o desenvolvimento sustentável da economia da cultura e economia criativa no município.

4.2.5. Divulgação e sensibilização:

O observatório busca promover a divulgação dos seus resultados por meio de eventos, seminários, workshops e publicações acadêmicas. Além disso, busca sensibilizar os gestores públicos e a sociedade em geral sobre a importância da Economia da Cultura e Economia Criativa para o desenvolvimento municipal sustentável inclusivo.

4.3. Metas

4.3.1 Identificar e Analisar Políticas Públicas

Apoiar o mapeamento abrangente das políticas públicas em vigor nos municípios, identificando os instrumentos legais, programas e ações voltados para o fomento da Economia da Cultura e Economia Criativa. Ajudar a analisar a efetividade e o alcance dessas políticas, levando em consideração os recursos alocados, a governança e a participação dos atores envolvidos (COELHO, PERES, 2023).

4.3.2. Avaliar o impacto

Apoiar a avaliação de políticas da cultura na geração de emprego, renda, desenvolvimento local e preservação do patrimônio cultural. Realizar estudos e pesquisas que permitam avaliar o impacto das políticas públicas, através de indicadores como a criação de empregos, o aumento da renda, a contribuição para o desenvolvimento local, a preservação do patrimônio cultural, a sustentabilidade ambiental, a inclusão social, econômica e cultural. Essa avaliação ajudará a identificar os pontos fortes e fracos das políticas existentes e fornecerá subsídios para o aprimoramento das ações governamentais (LEITE, 2021).

4.3.3. Identificar boas práticas e recomendar

Apoiar pesquisas de boas práticas para aprimorar as políticas públicas municipais, ajudando a identificar experiências bem-sucedidas em outros municípios ou mesmo em âmbito internacional e analisar sua aplicabilidade aos contextos locais. Com base nessa análise, ajudar a reflexão local sobre medidas e estratégias para aprimorar as políticas públicas municipais, buscando promover a inovação, a sustentabilidade e a inclusão social nos setores da Economia da Cultura e Economia Criativa local (FONTANELLI, 2022).

4.3.4 Contribuir para o desenvolvimento de estratégias de financiamento

Pesquisar a captação de recursos para o setor da Economia da Cultura e Economia Criativa nos municípios, apoiando a investigação de recursos e alternativas para o financiamento nos municípios, incluindo a diversificação de fontes e a criação de mecanismos de financiamento adequados. Colaborar com a elaboração de estratégias para a captação de recursos, como apoiar o desenho da criação de fundos de investimento, parcerias público-privadas e apoiar a pesquisa da busca por recursos provenientes de programas estaduais, federais e internacionais (FONTANELLI, 2022).

4.4. Público

O público do Observatório é composto por diferentes atores e *stakeholders* que desempenham papéis importantes no desenvolvimento e implementação dessas políticas (LEITE, 2021). Esses atores incluem:

4.4.1. Governos Federal, Estadual e Municipal:

Os representantes dos governos em níveis federal, estadual e municipal desempenham um papel central na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à Economia da Cultura e Economia Criativa. Eles são responsáveis por criar um ambiente favorável, estabelecer estratégias e diretrizes, bem como alocar recursos para impulsionar o setor.

4.4.2. Poder Legislativo e Executivo:

Os membros do poder legislativo, como deputados e vereadores, têm a responsabilidade de elaborar e aprovar leis e regulamentos relacionados ao macrossetor. O poder executivo, representado pelos prefeitos, governadores e o presidente, é responsável por implementar essas políticas e garantir sua efetividade.

4.4.3. Sociedade Civil:

Além dos produtores de cultura e empreendedores criativos, a sociedade civil através de organizações não governamentais, associações culturais, grupos comunitários e movimentos

sociais têm a capacidade de mobilizar a população, defender interesses específicos e contribuir para a participação democrática na formulação de políticas.

4.4.4. Mercado:

O setor privado, incluindo empresas, empreendedores e investidores, é um importante componente da cadeia produtiva e são responsáveis por desenvolver e comercializar produtos e serviços criativos, gerar empregos e impulsionar o crescimento econômico do setor.

4.4.5. Academia:

Instituições acadêmicas, como universidades e centros de pesquisa, desempenham um papel crucial no fornecimento de conhecimento especializado e os acadêmicos e pesquisadores contribuem para a compreensão teórica, o desenvolvimento de metodologias e a avaliação de impacto das políticas públicas implementadas.

4.5. Institucionalização

A institucionalização do Observatório pode ocorrer em diferentes tipos de instituições, como universidades públicas federais, universidades públicas estaduais, fundações ou organizações sociais. O processo de institucionalização em cada uma dessas instituições pode variar:

4.5.1. Universidade Pública Federal

Identificação do interesse e competência, onde a universidade pode identificar o interesse em estabelecer um observatório bem como a sua competência na área. Isso pode ser feito por meio de departamentos ou centros de pesquisas acadêmicos relacionados à cultura, economia, ciências sociais ou áreas afins.

4.5.2. Universidade Pública Estadual

O processo de institucionalização em uma universidade pública estadual é semelhante ao descrito acima para as universidades públicas federais. A universidade deve identificar o interesse, criar uma estrutura organizacional, definir objetivos e escopo, e estabelecer parcerias relevantes. O principal diferencial é a relação com o governo estadual, que pode ser mais estreita e oferecer oportunidades de colaboração com políticas públicas em nível estadual.

4.5.3. Fundação

Uma fundação com foco em pesquisa e desenvolvimento na cultura ou áreas relacionadas pode ser uma opção adequada para abrigar um observatório. Deve-se identificar uma fundação que possua os recursos e o interesse em apoiar a pesquisa e a promoção de políticas

públicas municipais da economia da cultura e economia criativa com princípios da sustentabilidade e inclusão social.

4.5.4. Organização Social

Uma organização social com expertise na área da cultura e economia criativa pode abrigar um observatório. Pode-se identificar uma organização nacional ou internacional com os recursos, conhecimentos e conexões necessários para implementar as atividades propostas.

4.6. Tecnologias

Um observatório acadêmico deve ter capacidades na área de tecnologias da informação, que desempenham um papel crucial na coleta, análise e divulgação de dados relevantes para a tomada de decisões informadas e eficazes. De acordo com José Vaz "um conjunto de transformações em curso no campo das tecnologias de informação e comunicação (TIC), como computação ubíqua, onipresença de rede, rompimento de limites à transmissão, armazenamento e processamento de grandes volumes de dados, entre outras, criam condições para o surgimento de uma nova geração das práticas de governança eletrônica" (VAZ, 2016).

4.6.1. Infraestrutura tecnológica:

O observatório deve contar com uma infraestrutura em nuvem adequada de tecnologia da informação, com sistemas de armazenamento de dados e uma rede robusta de comunicação. Essa infraestrutura é fundamental para garantir o armazenamento seguro e o acesso rápido aos dados coletados (VAZ, 2016).

4.6.2. Bancos de dados

O observatório precisa ter acesso a uma ampla gama de bancos de dados relevantes para a Economia da Cultura e Economia Criativa. Isso pode incluir bancos de dados governamentais, dados de pesquisa, informações setoriais e estatísticas econômicas. Esses bancos de dados servirão como fontes de informação confiáveis para análises e pesquisas. Os Dados Públicos devem seguir a Política de Dados Abertos que favoreçam a democratização da gestão cultural (VAZ, 2016).

4.6.3. Coleta de dados:

O observatório deve estabelecer mecanismos eficientes para coletar dados relevantes sobre a Economia da Cultura e Economia Criativa nos municípios. Isso pode envolver a colaboração com outros órgãos governamentais nos níveis federativos, instituições de pesquisa, associações setoriais e outros parceiros. A coleta de dados pode abranger indicadores

econômicos, informações sobre empresas, empregos, investimentos, fluxos financeiros e outros aspectos relevantes, conforme aponta Tolila (TOLILA, 2007), (VAZ, 2016).

4.6.4. Análise de dados e IA:

A inteligência artificial (IA) desempenha um papel importante na análise de dados em grande escala. O observatório pode utilizar técnicas de IA, como mineração de dados, aprendizado de máquina e análise preditiva, para identificar padrões, tendências e insights nos dados coletados. Isso permitirá uma compreensão mais profunda da Economia da Cultura e Economia Criativa nos municípios, facilitando a formulação de políticas públicas mais eficazes e projetos preditivos (METI, 2016), (VAZ, 2016).

4.6.5. Disseminação de informações:

O observatório pode mecanismos para disseminar as informações e análises produzidas de forma acessível e compreensível para diferentes públicos. Isso pode incluir APIs de Dados Abertos (VAZ, 2016), relatórios, boletins informativos, painéis interativos, plataformas online e eventos de divulgação. A comunicação eficaz das descobertas e insights pode colaborar para apoiar tomadores de decisão (TOLILA, 2007), pesquisadores, setor privado e sociedade civil.

4.7. Parcerias

Um observatório pode estabelecer parcerias tanto no âmbito acadêmico quanto no governamental e internacional para fortalecer suas atividades e ampliar sua capacidade organizacional. Essas parcerias desempenham um papel crucial no fornecimento de dados, expertise e recursos para o observatório, permitindo que ele cumpra sua missão de monitorar, analisar e promover políticas públicas nessas áreas (LEITE, 2021).

4.7.1. Âmbito Acadêmico

No **âmbito acadêmico**, o observatório pode estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, centros de pesquisa e think tanks especializados em Economia da Cultura, Economia Criativa e Sustentabilidade. Essas parcerias podem envolver a colaboração em projetos de pesquisa, compartilhamento de dados, organização de eventos acadêmicos e intercâmbio de conhecimento. O envolvimento de acadêmicos e pesquisadores é fundamental para garantir uma base sólida de informações e análises críticas sobre as políticas públicas municipais nesses setores.

4.7.2 Âmbito Governamental,

No **âmbito governamental**, o observatório pode estabelecer parcerias com órgãos e instituições governamentais relevantes, como secretarias de cultura, desenvolvimento

econômico, turismo e planejamento urbano. Além das instituições federais como o Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística (IBGE, 2023) que implementou o SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES que possui o setor de análise para fomento de Cultura e Economia Criativa (BNDES, 2023), o setor do Ministério da Cultura que cuida do Sistema nacional de Cultura (SNC, 2023) e instituções relacionadas como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE com seu apoio a empreendedores da Economia Criativa através da capacitação (SEBRAE, 2023). Essas parcerias podem envolver o compartilhamento de dados, o acesso a informações governamentais, a colaboração em projetos de pesquisa e a participação em grupos de trabalho para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas eficazes. O engajamento governamental é essencial para garantir que as pesquisas e recomendações do observatório sejam levadas em consideração na formulação e execução de políticas nos municípios.

4.7.3 Âmbito Parcerias Internacionais

No âmbito das parcerias internacionais para ampliar a perspectiva e trocar experiências com outros países o observatório pode estabelecer conexões com organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que possuem expertise e programas voltados para ampliação das capacidades nas análises da Economia da Cultura e Economia Criativa. Essas parcerias podem envolver a participação em redes internacionais, a realização de estudos comparativos e o intercâmbio de boas práticas e políticas bem-sucedidas em outros países.

4.8. Equipe

Um Observatório como este proposto requer uma equipe com princípios da diversidade e inclusão, multidisciplinar para garantir uma abordagem abrangente e aprofundada do temas. Essa equipe pode ser composta por recursos humanos da área acadêmica, como pesquisadores, mestrandos e doutorandos, bem como colaboradores da sociedade civil e representantes dos governos municipais (COELHO, PERES, 2023).

4.8.1. Pesquisadores

Pesquisadores: Os pesquisadores desempenham um papel fundamental no observatório de políticas públicas, fornecendo conhecimentos especializados e conduzindo estudos e análises aprofundadas sobre a Economia da Cultura e Economia Criativa. Eles são responsáveis por guiar a coleta de dados, realizar orientações bibliográficas, desenvolver metodologias de

pesquisa e produzir relatórios e publicações acadêmicas. Os pesquisadores contribuem para o embasamento teórico e empírico do observatório, fornecendo informações precisas e atualizadas sobre o tema (TOLILA, 2007).

4.8.2. Mestrandos e Doutorandos:

Estudantes de mestrado e doutorado podem ser envolvidos no observatório como parte de seus projetos de pesquisa. Eles podem trabalhar em colaboração com os pesquisadores, contribuindo com suas habilidades e conhecimentos específicos. Os mestrandos e doutorandos têm a oportunidade de aprofundar suas pesquisas e desenvolver suas habilidades acadêmicas enquanto contribuem para os objetivos do observatório.

4.8.3. Colaboradores da sociedade civil:

A participação de representantes da sociedade civil é essencial para garantir uma perspectiva ampla e inclusiva no observatório. Esses colaboradores podem incluir profissionais, artistas, empreendedores, empresários e líderes comunitários atuantes na Economia da Cultura e Economia Criativa. Sua experiência prática e conhecimento do contexto local são valiosos para informar as pesquisas e para garantir que as políticas públicas desenvolvidas sejam adequadas e eficazes para as comunidades envolvidas.

4.8.4. Governos municipais:

A colaboração com os governos municipais é crucial para o sucesso do observatório de políticas públicas. Os representantes dos governos municipais podem contribuir com insights sobre as necessidades e desafios específicos de suas jurisdições, fornecer acesso a dados e informações relevantes, e trabalhar em conjunto com a equipe do observatório no desenvolvimento e implementação de políticas públicas adequadas para promover a Economia da Cultura e Economia Criativa em nível local e intermunicipal (FONTANELLI, 2022), (COELHO, PERES, 2023), (LEITE, 2021).

Além dessas equipes, o observatório também deve incluir profissionais de suporte administrativo, especialistas em comunicação e consultores externos, dependendo das necessidades e recursos disponíveis. É importante que a equipe seja colaborativa, diversa e democrática, incentivando a troca de conhecimentos e experiências entre os membros, bem como a interação com outras instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil e entidades governamentais para promover parcerias e sinergias de forma eficiente e efetiva (PERES, 2012), (LEITE, 2021), (COELHO, PERES, 2023).

4.9. Orçamento

O observatório requer recursos financeiros para o seu funcionamento, incluindo custos com equipe, infraestrutura, aquisição de dados e realização de eventos. O financiamento pode ser obtido por meio de parcerias com instituições acadêmicas, governamentais (PROAC, 2023), organizações não governamentais, empresas privadas e fundações que tenham interesse no desenvolvimento da Economia da Cultura e Economia Criativa nos municípios. Também é possível buscar apoio por meio de editais de fomento à pesquisa e investimento social privado. É importante ressaltar que o orçamento e financiamento do Observatório podem variar de acordo com a abrangência geográfica, o número de municípios envolvidos e a escala das atividades desenvolvidas (METI, 2016), (FONTANELLI, 2022), (SNC, 2023).

4.10. Cronograma

O observatório pode ser implementado em um cronograma de atividades que inclui os orçamentos dos anos fiscais nas áreas governamentais e privadas (COELHO, PERES, 2023). Esse cronograma pode variar de acordo com a disponibilidade de recursos e a complexidade da institucionalização a ser realizada (LEITE, 2021).

5. CONCLUSÕES

5.1. Restrições ao Trabalho

As limitações no desenvolvimento deste TCC sobre um Plano para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa incluem:

- **1. Disponibilidade de Dados e Informações:** A obtenção de informações relevantes e atualizadas sobre a economia cultural e criativa nos municípios e regiões além dos dados do IBGE (IBGE, 2023).
- **2. Limitações Temporais:** O tempo disponível para desenvolver o TCC foi insuficiente para realizar uma análise aprofundada e abrangente.
- **3.** Acesso a Especialistas e Escolha Metodológica: As metodologias de entrevistas e consultas com especialistas da área não foram utilizadas devido à disponibilidade limitada desses profissionais e ao tempo disponível.
- **4. Complexidade do Tema:** A economia cultural e criativa é um campo complexo e multifacetado, o que dificulta a síntese e análise de informações relevantes de maneira abrangente e coerente (UNEN, 2020).

- **5. Variabilidade Regional:** As características da economia cultural e criativa variam de região para região, tornando necessário adaptar as estratégias para contextos específicos, o que pode complicar a generalização das conclusões.
- **6. Aspectos Políticos e Burocráticos:** Políticas públicas podem ser influenciadas por interesses políticos e burocráticos sazonais, o que pode afetar a objetividade e a implementação das recomendações do Observatório (LEITE, 2021).

5.2. Conclusões

O presente TCC tem como objetivos gerais explorar a importância da incorporação de dados locais e regionais na formulação de políticas públicas relacionadas à cultura e economia criativa em âmbito municipal, considerando as limitações na capacidade estatal nos municípios brasileiros, visando fortalecer a tomada de decisões nessas áreas. Os objetivos de aprofundar o entendimento das políticas públicas para economia da cultura, economia criativa e sustentabilidade por meio de revisão bibliográfica foi realizada e a proposição de um modelo preliminar para um Observatório de Políticas Públicas dos Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa foi elaborada. A metodologia da pesquisa compreendeu três etapas: revisão bibliográfica, análises e proposição de um plano conceitual institucional e organizacional. A revisão bibliográfica permitiu a exploração aprofundada de conceitos e pesquisas relacionados às políticas públicas nessas áreas. As análises foram realizadas utilizando a metodologia PESTEL (Político, Econômico, Social, Tecnológico, Ambiental e Legal) e a análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças). A pergunta norteadora concentrou-se no impacto potencial da criação de um Observatório de Políticas Públicas para Municípios Brasileiros na Economia da Cultura e Economia Criativa, considerando diferentes contextos de desenvolvimento e influências na formulação de políticas públicas municipais. Essa abordagem permitiu a análise de cenários diversos, considerando variáveis políticas, econômicas e sociais, bem como práticas e exemplos existentes em outros países e no contexto brasileiro.

Conclusões:

- **1. Identificação de Oportunidades e Desafios:** Um Observatório de Políticas Públicas pode revelar uma série de oportunidades e desafios específicos para cada município em relação à economia da cultura e economia criativa. Isso pode incluir insights sobre setores emergentes, necessidades de infraestrutura cultural, capacidades locais, lacunas no mercado, entre outros.
- 2. Adaptação de Políticas Existentes: Os resultados de um observatório podem ajudar os municípios a adaptar suas políticas existentes, identificando áreas que necessitam de maior

apoio e investimento. Isso pode levar a uma alocação mais eficaz de recursos e ações direcionadas para estimular o crescimento do setor cultural e criativo.

- **3. Estímulo à Inovação:** Com base nas referências analisadas, os municípios podem incentivar a inovação em setores criativos específicos. Isso pode incluir o desenvolvimento de programas de apoio a startups culturais e criativas e incentivos para a adoção de novas tecnologias.
- **4. Desenvolvimento de Redes e Parcerias:** Um Observatório pode promover o desenvolvimento de redes e parcerias entre atores do setor, incluindo empresas criativas, instituições culturais, academia e governo. Isso pode fortalecer a colaboração e a troca de conhecimento, impulsionando a economia da cultura e criativa de forma integrada.
- **5. Monitoramento e Avaliação Contínua:** A criação de um Observatório pode permitir um monitoramento constante do impacto das políticas públicas implementadas. Isso possibilitaria ajustes em tempo real e a avaliação do progresso em direção aos objetivos definidos.
- **6. Empoderamento dos Agentes Culturais:** Ao fornecer dados e informações detalhadas, o observatório pode empoderar os agentes culturais locais, permitindo que eles tomem decisões informadas e estratégicas para suas atividades criativas e culturais.
- **7.** Ampliação do Diálogo Público com o Sistema Nacional de Cultura: O Observatório pode abrir espaço para um diálogo mais amplo e inclusivo sobre as políticas culturais e criativas, envolvendo a participação da sociedade civil, artistas, empreendedores e outros atores relevantes na formulação de estratégias e metas, ampliando a análise do diálogo com o Sistema Nacional de Cultura -SNC, do Ministério da Cultura (SNC, 2023)
- **8. Diferenciação Contextual:** As conclusões do observatório podem ajudar os municípios e consórcios intermunicipais *(clusters)* a entenderem suas particularidades contextuais e a adaptar suas estratégias de acordo com suas necessidades e potencialidades únicas.

5.3. Recomendações

- O TCC pode oferecer as seguintes recomendações para pesquisas futuras sobre o tema de Políticas Públicas para a Economia da Cultura e Economia Criativa, bem como para o Observatório de Políticas Públicas Municipais sobre o tema:
- **1. Análise de Impacto:** Realizar estudos mais detalhados sobre o impacto econômico e social das políticas públicas específicas na economia cultural e criativa, considerando diferentes setores e regiões.

- **2. Avaliação de Efetividade:** Investigar a efetividade das políticas públicas implementadas em diferentes níveis governamentais, identificando as abordagens mais bem-sucedidas e os desafios enfrentados.
- **3. Comparação Internacional:** Realizar análises comparativas com outros países para entender as estratégias de políticas públicas adotadas na promoção da economia cultural e criativa e como elas podem ser adaptadas localmente.
- **4. Inovação** e **Tecnologia:** Explorar o papel da inovação e da tecnologia na economia cultural e criativa, considerando como políticas de incentivo podem impulsionar a adoção de novas tecnologias e modelos de negócios.
- **5. Participação da Sociedade Civil:** Investigar como a participação ativa da sociedade civil pode influenciar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para a economia cultural e criativa.

Para Pesquisas Futuras sobre o Observatório de Políticas Públicas Municipais na Economia da Cultura e Economia Criativa:

- **1. Estrutura e Funcionamento:** Realizar estudos sobre a estrutura organizacional e operacional mais adequada para um Observatório de Políticas Públicas, considerando a coleta, análise e disseminação de informações.
- **2. Desenvolvimento Tecnológico:** Investigar o uso de tecnologias avançadas, como big data e análise de dados em tempo real, para fortalecer a capacidade do Observatório em monitorar e avaliar políticas públicas.
- **3.** *Benchmarking*: Realizar comparações com observatórios similares em outros países, outros temas ou regiões para identificar melhores práticas e abordagens inovadoras na análise de políticas públicas adaptadas para a economia cultural e criativa.
- **4. Avaliação de Impacto:** Explorar maneiras de avaliar o impacto do Observatório no desenvolvimento de políticas públicas municipais, analisando como suas recomendações são incorporadas e quais resultados são alcançados.
- **5. Envolvimento de Atores Locais:** Investigar a participação de atores locais, como artistas, empreendedores culturais e comunidades, no processo do Observatório, considerando como suas perspectivas podem enriquecer a análise.
- **6. Sustentabilidade Financeira:** Analisar modelos de financiamento viáveis para o Observatório, considerando parcerias com instituições públicas, privadas e organizações do setor cultural.

Essas recomendações podem direcionar futuras pesquisas e aprimoramentos na compreensão e implementação de políticas públicas na economia da cultura e criativa, bem como no desenvolvimento de um Observatório de Políticas Públicas Municipais para esse setor.

REFERÊNCIAS:

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. Cultura e Economia Criativa. Rio de Janeiro: BNDES, 2009-2020. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa . Acesso em: 20 de julho de 2023.

CULTURAL, Itaú. Economia Criativa | 4º Trimestre de 2022: Análise do Mercado de Trabalho da Economia Criativa. São Paulo: Observatório Itaú Cultural, 2023. *Disponível em*:

https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/economia-criativa. Acesso em: 5 de junho de 2023.

COELHO, Fernando; PERES, Ursula Dias. Ferramentas/Técnicas Para o Planejamento Estratégico no Setor Público: Alguns Exemplos. Apresentação em Sala de Aula da Disciplina de Planejamento e Orçamento em Políticas Públicas (POPP), Gestão de Políticas Públicas (GPP), Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 08 de maio de 2023.

DEPS, Ministère de la Culture. *Département des Études, de la Prospective, des Statistiques et de la Documentation*. França, Paris: Ministère de la Culture, 2023. *Disponível em:* https://www.culture.gouv.fr/Nous-connaitre/Organisation-du-ministere/Le-secretariat-genera/l/Departement-des-etudes-de-la-prospective-des-statistiques-et-de-la-documentation. *Acesso em: 20 de julho de 2023*.

DCMS, Department for Culture, Media and Sport. Creative Industries Sector Vision: A joint plan to drive growth, build talent and develop skills. Inglaterra, Londres: DCMS, 2023.

Disponível

https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1162721/Creative_Industries_Sector_Vision_accessible_version_.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2023.

EUROPEAN COMMISSION, Culture and Creativity. *Cultural and Creative Sectors*. União Européia: European Commission, 2023. *Disponível em:* https://culture.ec.europa.eu/cultural-and-creative-sectors/cultural-and-creative-sectors. Acesso em: 20 de junho de 2023.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro: Firjan, 2022. *Disponível em:* https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa2022.
pdf>. *Acesso em: 5 de junho de 2023*.

FONTANELLI, Flavio Santos. A Construção de Capacidades Municipais no Campo Cultural: Repensando a Lógica do Sistema Nacional de Cultura. *In:* GRIN, José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. Capacidades Estatais Municipais: O Universo Desconhecido no Federalismo Brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), 2021. p. 42-85. *Disponível em:* https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_164.pdf>. *Acesso em: 2 de junho de 2023*.

GALARD, Jean. O Modelo Francês de Financiamento da Cultura. *In:* CRIBARI, Isabela. Economia da Cultura. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2009. p. 80-99.

GRIN, José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. Capacidades Estatais em Governos Subnacionais: Dimensões Teóricas e Abordagens Analíticas. *In:* GRIN, José; DEMARCO, Diogo Joel; ABRUCIO, Fernando Luiz. Capacidades Estatais Municipais: O Universo Desconhecido no Federalismo Brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), 2021. p. 42-85. *Disponível em:* https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub 164.pdf>. *Acesso em:* 2 de junho de 2023.

HAWKES, Jon, *The Fourth Pillar of Sustainability:* Culture's Essential Role in Public Planning. Australia: Common Ground Publishing, The Cultural Development Network (Vic), 2001.

Disponível

em:

https://www.culturaldevelopment.net.au/community/Downloads/HawkesJon(2001)TheFourtheillarOfSustainability.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. *Disponível em:* https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9388-indicadores-culturais.html . *Acesso em: 5 de junho de 2023*.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva. O Modelo de Coalizão de Defesa (ACF) de Paul Sabatier e Hank Jenkins Smith. Apresentação em Sala de Aula da Disciplina de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I (FIAP I), Gestão de Políticas Públicas (GPP), Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (Online), 09 de junho de 2021.

LINS, Cristina. Demanda e Produção de Informações Culturais: Parceria MINC e IBGE. *In:* CRIBARI, Isabela. Economia da Cultura. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2009. p. 130-155.

METI, Ministry of Economy, Trade and Industry. *Content Industry: Current Status and Direction of Future Development*. Japão, Tokyo: METI, 2016. *Disponível em:* https://www.meti.go.jp/english/policy/mono_info_service/content_industry/pdf/201603290 <a href="https://www.meti.go.jp/english/policy/mono_info_service/content_industry/pdf/201603290 <a href="https://www.meti.go.jp/english/policy/mono_info_service/content_industry/pdf/2016

MIGUEZ, Paulo. Aspectos de Constituição do Campo de Estudos em Economia da Cultura. *In:* CRIBARI, Isabela. Economia da Cultura. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2009. p. 18-40.

MILAN, Marcelo. Indicadores Para Avaliação de Atividades Econômicas Culturais e Criativas: Uma Síntese. *In:* VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo. Economia Criativa, Cultura e Políticas Públicas. Porto Alegre: Editora UFRGS, Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV), 2016. p. 130-155. *Disponível em:* https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_137.pdf>. *Acesso em: 5 de junho de 2023*.

PERES, Ursula Dias. Elaboração de Projetos no Setor Público: Método Zopp. São Paulo: Assembléia Legislativa (ALESP), 2012. *Disponível em:* https://www.al.sp.gov.br/repositorio/ilp/anexos/1041/YY2012MM10DD21HH17MM12SS0 <a href="https

PROAC, Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. **Programa de Ação Cultural:** Legislação PROAC. São Paulo: Governo do Estado, 2023. *Disponível em:* https://proac.sp.gov.br/proac_icms/legislacao>. *Acesso em: 5 de junho de 2023*.

REIS, Ana Carla Fonseca. Envolvimento Corporativo e Desenvolvimento Sustentável. *In:* CRIBARI, Isabela. Economia da Cultura. Recife: Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 2009. p. 244-261.

SANTOS-DUISENBERG, Edna dos. *High Level Seminar on the Creative Economy and Copyright as Pathways to Sustainable Development*. Tailândia, Bangkok: UN-ESCAP/WIPO, 2017. Disponível em: https://www.unescap.org/sites/default/files/1.1%20EDS%20-%20Concepts%20Bangkok.pdf >. *Acesso em: 20 de julho de 2023*.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Economia Criativa:** Curso Online por Whatsapp e Telegram. Brasil: SEBRAE, 2023. *Disponível em:* https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/economia-criativa,0c826359028a8710 VgnVCM100000d701210aRCRD>. *Acesso em: 20 de julho de 2023*.

SNC, Ministério da Cultura. **Sistema Nacional de Cultura**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023. *Disponível em:* http://portalsnc.cultura.gov.br/>. *Acesso em: 5 de junho de 2023*.

TOLILA, Paul, **Cultura e Economia -** Problemas, Hipóteses, Pistas. São Paulo: Editora Iluminuras, Itaú Cultural, 2007.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **Creative Economy Outlook 2022**. New York, United Nations: United Nations Publications, 2022. Disponível em: https://unctad.org/publication/creative-economy-outlook-2022>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

UNEN, United Nations Economist Network. *Creative Economy - New Economics For Sustainable Development. United Nations: UNEN,* 2020. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/orange_economy_14_march.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2023.

VAZ, José Carlos. Possibilidades e Desafios para o Uso de Indicadores Culturais e Dados Abertos na Democratização da Gestão Cultural. *In:* Tic Cultura - Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros. São Paulo: CETIC.BR; CGI.BR, 2016. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_CULT_2016_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: *2 de junho de 2023*.